



MUNICÍPIO DE AMARANTE

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023

AMARANTE

CÂMARA MUNICIPAL

ALAMEDA TEIXEIRA
DE PASCOAS
4400-011 AMARANTE

T. 255 420 200
F. 255 420 201
geral@cm-amarante.pt





Relatório de gestão e contas



ÍNDICE	
MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
INTRODUÇÃO	8
CAPITULO I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	9
CAPITULO II – REPORTING FINANCEIRO	12
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL	12
1.1. RECEITA	16
1.1.1. RECEITA PRÓPRIA	18
1.1.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS	20
1.1.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO	21
1.2. DESPESA	22
1.2.1. DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – DESPESA CORRENTE E DESPESA DE CAPITAL	22
1.2.2. DESPESA POR AGREGADOS ECONÓMICOS	24
1.2.2.1 ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO	24
1.2.2.2 INVESTIMENTO GLOBAL	27
1.2.2.3 SERVIÇO DA DÍVIDA	28
1.3. RESULTADO ORÇAMENTAL	29
1.4. PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS	31
2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	33
2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO	34
2.2. Desempenho Económico	37
2.2.1. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS	38
2.2.2. ANÁLISE DOS GASTOS	39
2.2.3. RESULTADOS	40
3. LIMITES LEGAIS	41
3.1. AFERIÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)	41
3.2. Equilíbrio Corrente (artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	44
4. CONTABILIDADE DE GESTÃO	46
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E PONTO 4.1 DA INSTRUÇÃO N.º1/2019 DO TdC	49
CAPITULO III – <i>REPORTING</i> DE ATIVIDADES	51
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	62
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	63
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	65
DOCUMENTOS ORÇAMENTAIS	107



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género	10
Quadro 1A - Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género.....	11
Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental	12
Quadro 3 – Síntese da Execução Orçamental da Receita	13
Quadro 4 - Síntese da Execução Orçamental da Despesa	13
Quadro 5 - Resumo do Desempenho Orçamental.....	14
Quadro 6 - Análise Orçamental da Receita	14
Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa	15
Quadro 8 - Análise orçamental da Receita	17
Quadro 9 – Evolução da Receita Própria	18
Quadro 10 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos.....	18
Quadro 11 - Evolução de Outras Receitas Próprias.....	19
Quadro 12 - Evolução das Transferências Obtidas	20
Quadro 13 - Evolução da Utilização/Amortização de Empréstimos MLP	21
Quadro 14 - Evolução da Despesa por Classificação Económica Período Homólogo	23
Quadro 15 – Evolução da despesa por Classificação Económica.....	23
Quadro 16 - Evolução da Despesa por Agregados Económicos.....	24
Quadro 17 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género	25
Quadro 18 - Evolução da Despesa Aquisição de Bens e Serviços Período Homólogo.....	26
Quadro 19 - Desagregação do Investimento Direto	28
Quadro 20 - Resultado Orçamental (Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência).....	29
Quadro 21 - Resultado Orçamental.....	30
Quadro 22 - Evolução dos principais indicadores orçamentais	31
Quadro 23 - Estrutura do Ativo	34
Quadro 24 – Fundos próprios e passivo.....	35
Quadro 25 – Demonstração de Resultados.....	37
Quadro 26 – Estrutura e evolução dos rendimentos.....	38
Quadro 27 – Estrutura e evolução dos gastos.....	39
Quadro 28 – Resultados.....	40
Quadro 29 – Apuramento da capacidade de endividamento para o ano de 2022.....	42
Quadro 30 – Equilíbrio orçamental	44
Quadro 31 – Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos.....	45
Quadro 32 – Contas analíticas de gastos.....	46
Quadro 33 – Classificação funcional dos gastos	47
Quadro 34 – Classificação dos gastos por grandes áreas funcional	48
Quadro 35 – Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos.....	61



ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes Unidades orgânicas	9
Gráfico 1 - Evolução da receita cobrada.....	16
Gráfico 2 – Distribuição da receita	16
Gráfico 3 – Evolução dos principais impostos diretos.....	19
Gráfico 4 – Evolução da despesa paga	22
Gráfico 5 – Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência	29
Gráfico 6 – Evolução da poupança corrente.....	30
Gráfico 7 – Classificação funcional dos gastos	48



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O quadro macroeconómico e social em que se desenvolveu a atividade do município em 2023 reflete o retomar de alguma normalidade, depois de controlada a pandemia, de estabilizados os preços de produtos essenciais que tinham sofrido aumentos significativos em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, e do controlo das taxas de inflação; contudo verifica-se que as taxas de juro se mantêm elevadas, com evidente impacto na atividade das empresas e instituições e na vida das pessoas.

O ano de 2023 fica também marcado pela demissão do governo, facto gerador instabilidade no funcionamento das instituições.

Foi, portanto, neste quadro que o Município de Amarante deu seguimento à implementação da sua estratégia de desenvolvimento, tendo introduzido, ao longo do ano, os necessários ajustamentos, em função da realidade económica e do contexto social.

O exercício económico de 2023 é marcado também pelo encerramento do quadro comunitário Portugal 2020 e por atrasos consideráveis no tocante à execução do novo quadro comunitário de apoio Portugal 2030 e também do Plano de Recuperação e Resiliência, que tardam a permitir a sua materialização na execução de projetos que serão objeto de financiamento.

Refira-se que o município viu já há algum tempo aprovada a sua Estratégia Local de Habitação (ELH), que será objeto de financiamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, pese embora tenha submetido diversas candidaturas, até ao momento não as viu concretizadas em obra por atrasos imputáveis ao processo de decisão do programa.

No que respeita ao Portugal 2030, registe-se, também, que o município tem já em carteira diversos projetos a candidatar, no entanto, até ao momento, não se constata o efetivo arranque deste importante instrumento de apoio às autarquias locais.

Relativamente à execução do Portugal 2020 por parte do Município de Amarante, é importante referir que desde o início da sua execução em 2014 até ao seu encerramento em 2023, foram arrecadadas participações de cerca de 26,5 milhões de euros, na execução de alguns dos projetos que acrescentaram qualidade de vida aos amarantinos, competitividade e atratividade ao nosso território.

Naturalmente, para além da concretização destes projetos estruturantes, continuou-se em 2023 a execução de um conjunto de outros investimentos de requalificação urbanística, trabalhos de requalificação realizados nas freguesias e reforçaram-se outros investimentos não menos importantes como o apoio às juntas de freguesia, o apoio e parcerias com as instituições sociais, culturais, e desportivas do concelho e a concretização de projetos e ações nos diversos domínios de atuação municipal.

Os documentos de prestação de contas, elaborados de acordo com as respetivas Normas Contabilísticas Públicas (NCP), num exercício de transparência e prestação de contas da governança, comportam, para além da análise à atividade municipal, a análise do desempenho orçamental e económico-financeiro, sendo esta prestação de contas públicas um momento de aferição e avaliação desse mesmo desempenho e que espelha os compromissos assumidos num ano que não deixou de ser marcado pela incerteza e por grandes desafios à gestão.



Como se espera, as contas são apresentadas numa base de rigor e em observação dos normativos legais aplicáveis e importa também realçar que as contas municipais para além da verificação dos órgãos municipais, são auditadas por Revisor Oficial de Contas, apreciadas pelo Tribunal de Contas e pela Direção-Geral das Autarquias Locais.

Da leitura dos documentos e, de forma resumida, o que espelham os números das contas do Município de Amarante de 2023:

- Relativamente à execução orçamental, incluindo o saldo da gerência anterior, o volume de receita arrecadada situou-se cerca dos 50 milhões de euros, em linha com os anos anteriores;
- Conforme ano anterior, a execução orçamental de 2023 foi francamente positiva, para além de se terem liquidado todas as faturas validadas com entrada até 31 de dezembro, o Município transitou para 2024 com um saldo orçamental de 3,65 milhões de euros, indicador de uma situação financeira equilibrada;
- No tocante ao endividamento, o município apresenta uma dívida total em 31-12-2023 de € 20.266.273, cujo limite se situa nos € 50.710.835, representando uma margem absoluta de endividamento de € 30.444.562, representando uma capacidade de endividamento utilizada de 40% e uma margem disponível de 60%;
- Quanto ao equilíbrio corrente "*...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.*", no final de 2023 o município apresenta uma margem cerca de 4,26 milhões de euros;
- No que respeita a pagamentos a fornecedores, conforme já referido, foram liquidadas todas as faturas validadas com entrada até 31 de dezembro, ou seja, pelo terceiro ano consecutivo terminamos o ano sem faturas por pagar, o que para além de representar um outro indicador de equilíbrio das finanças municipais, representa também um forte contributo para o reforço da liquidez das empresas fornecedoras do município.

Em jeito de conclusão, referir que os documentos de prestação de contas de 2023 evidenciam uma situação financeira equilibrada, permitindo-nos, com toda a determinação, continuar em 2024 a materializar a estratégia de desenvolvimento definida, de forma a aproveitar e potenciar os recursos disponíveis, nomeadamente no âmbito do Portugal 2030 e PRR, mantendo sempre uma gestão rigorosa e responsável no executivo municipal, de forma a salvaguardar a situação financeira equilibrada.



INTRODUÇÃO

Depois de 20 anos de implementação e consolidação do sistema contabilístico das autarquias locais, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), instrumento que permitiu conferir maior fiabilidade e uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das autarquias locais, surgiu em 2020 um novo normativo contabilístico aplicável às Administrações Públicas.

O arranque do novo referencial contabilístico em 2020 aconteceu num contexto de grande exigência técnica e num quadro de algumas dificuldades de implementação principalmente associadas às plataformas informáticas de suporte ao SNC-AP e a sua articulação com as plataformas da DGAL e Tribunal de Contas, que ainda apresentam limitações.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

Conforme consta do seu articulado, O SNC -AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- d) Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- e) Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Assim, no presente relatório analisa-se não só a execução do orçamento do Município de Amarante em 2022, como se analisa a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

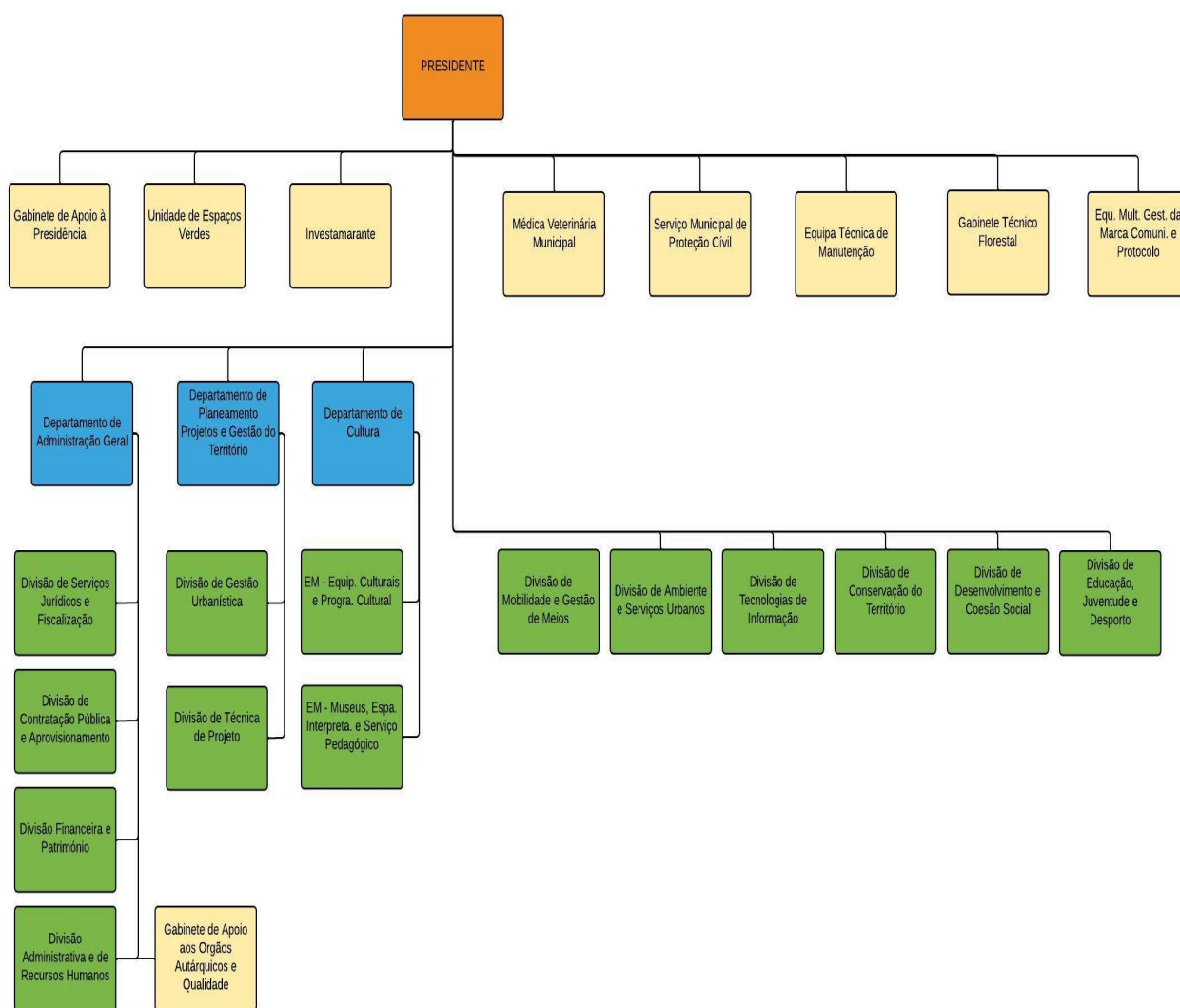
Conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI) as contas do Município de Amarante foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.



CAPITULO I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

A estrutura organizacional do Município de Amarante, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transporte e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa, em 31 de dezembro de 2023, é a constante do organograma seguinte:

Figura 1 – Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes Unidades orgânicas





A 31 de dezembro de 2023 o quadro de pessoal do Município integrava 789 trabalhadores, cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 1 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	12	0	0	0	0	4	16
	M:	6	0	0	0	0	3	9
	T:	18	0	0	0	0	7	25
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	27	56	193	7	0	283
	M:	0	58	89	323	0	0	470
	T:	0	82	142	504	7	0	753
CTFP a termo resolutivo certo	H:	0	0	0	1	0	0	1
	M:	0	0	0	3	0	0	3
	T:	0	61	0	0	0	0	4
CTFP a termo resolutivo incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	7	0	0	7
	T:	0	0	0	10	0	0	7
Outra	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	12	27	56	194	7	4	300
	M:	6	58	89	333	0	3	489
	T:	18	85	145	527	7	7	789

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 489 colaboradores do sexo feminino e 300 colaboradores do sexo masculino.

Do total de 789 trabalhadores, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional (66,79%), técnico superior (10,77%) e assistente técnico (18,38%).



O quadro seguinte retrata a distribuição dos trabalhadores do município, por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

Quadro 1A - Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Menos de 20 Anos	H:							0
	M:							0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
20-24	H:				1			1
	M:			1	2			3
	T:	0	0	1	3	0	0	4
25-29	H:			2	6		1	9
	M:				15			15
	T:	0	0	2	21	0	1	24
30-34	H:				11			11
	M:		8	7	20		1	36
	T:	0	8	7	31	0	1	47
35-39	H:		5	3	8	1		17
	M:		10	11	21			42
	T:	0	15	14	29	1	0	59
40-44	H:	1	5	8	17	3		34
	M:		14	18	13		1	46
	T:	1	19	26	30	3	1	80
45-49	H:	3	3	6	22		2	36
	M:	3	12	16	50			81
	T:	6	15	22	72	0	2	117
50-54	H:	3	4	9	26		1	43
	M:	1	9	10	48		1	69
	T:	4	13	19	74	0	2	112
55-59	H:	3	3	7	47			60
	M:		3	10	60			73
	T:	3	6	17	107	0	0	133
60-64	H:	1	3	14	47	2		67
	M:	2	1	13	82			98
	T:	3	4	27	129	2	0	165
65-69	H:	1	4	7	9	1		22
	M:		1	3	22			26
	T:	1	5	10	31	1	0	48
70 ou mais anos	H:							0
	M:							0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	12	27	56	194	7	4	300
	M:	6	58	89	333	0	3	489
	T:	18	85	145	527	7	7	789

Do total de 789 trabalhadores, as faixas etárias que concentram maior número de trabalhadores são dos 60-64 anos com 165 trabalhadores, dos 55-59 anos com 133 trabalhadores, dos 45-49 anos com 117 trabalhadores e dos 50-54 anos com 112 trabalhadores.

Quanto à prevenção de riscos de saúde ocupacional, em 2023, em linha com anos anteriores, continuou a promover-se a realização de consultas no âmbito da medicina no trabalho.

O processo de formação contínua e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes dos funcionários, assume-se como determinante no contexto do desenvolvimento da atividade autárquica, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, assim, no ano de 2023, continuou a ser ministrada formação interna e externa.



CAPITULO II – REPORTING FINANCEIRO

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

Com entrada em vigor em 2020, o SNC-AP aportou uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível

internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

O novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

Os pontos seguintes traduzem a análise da dimensão orçamental do exercício económico de 2023.

Da análise aos documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2023, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita cobrada de 96,97%, e uma taxa de execução global da despesa de 89,89%.

Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental

Análise Orçamental	Orçada	Executada	Saldo	Taxa de Execução
Total da Receita*	51 532 499,76 €	49 972 727,27 €	1 559 772,49	96,97%
Despesa Total	51 532 499,76 €	46 324 996,29 €	5 207 503,47	89,89%

*Receita cobrada líquida. Inclui saldo da gerência anterior

No quadro seguinte constata-se que das previsões corrigidas de receita no montante de 51.532.499,76 euros, se cobraram 49.972.727,27 euros, equivalente a uma taxa de execução de 96,97%.

A arrecadação das receitas correntes foi de 39.451.376,68 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 96,44% face às previsões corrigidas.



Quanto à arrecadação das receitas de capital, registou-se um montante cobrado de 4.747.585,47 euros, o que representa uma taxa de execução de 98,20%.

Quadro 3 - Síntese da Execução Orçamental da Receita

Análise Orçamental	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Saldo	Taxa de Execução
Receita Corrente	40 907 883,84	39 451 376,68	1 456 507,16	96,44%
Receita de Capital	4 834 490,00	4 747 585,47	86 904,53	98,20%
Outras Receitas	5 790 125,92 €	5 773 765,12 €	16 360,80	99,72%
Total da Receita	51 532 499,76	49 972 727,27	1 559 772,49	96,97%

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que a despesa total paga atingiu 46.324.996,29 euros, a que corresponde uma taxa de execução de 89,89%.

As despesas correntes, no montante de 34.036.445,42 euros de despesa paga, registaram uma taxa de execução de 92,29%, enquanto as despesas de capital com um montante de 12.288.550,87 euros, apresentam uma taxa de execução de 83,87%.

Quadro 4 - Síntese da Execução Orçamental da Despesa

Análise Orçamental	Dotação Corrigida	Despesa Paga	Saldo	Taxa de Execução
Despesa Corrente	36 880 605,76	34 036 445,42	2 844 160,34	92,29%
Despesa de Capital	14 651 894,00	12 288 550,87	2 363 343,13	83,87%
Despesa Total	51 532 499,76	46 324 996,29	5 207 503,47	89,89%

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2023, conforme mapa seguinte, constata-se que as entradas de fundos ascenderam a 45.033.640,63 euros, dos quais 44.232.611,35 euros têm origem em receitas orçamentais e 801.029,28 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

A saída de fundos totalizou 47.226.751,73 euros, dos quais 46.324.996,29 euros respeitam a pagamento de despesas orçamentais e 901.755,44 euros a pagamentos de Operações de Tesouraria.

No quadro 5 apresenta-se o resumo do desempenho orçamental, assinala-se que o Município transitou para 2024 com um saldo orçamental de 3.647.730,98 euros.



Quadro 5 - Resumo do Desempenho Orçamental

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2022	5 740 115,92	2 255 556,31	7 995 672,23
Receita Total	44 232 611,35	801 029,28	45 033 640,63
Despesa Total	46 324 996,29	901 755,44	47 226 751,73
Saldo a transitar para 2024	3 647 730,98	2 154 830,15	5 802 561,13

No ano de 2023 a receita cobrada atingiu um montante cerca de 50 milhões de euros.

De seguida, no quadro 6 podemos analisar, em detalhe, a receita orçamental previsões corrigidas e a cobrada no ano de 2023.

Quadro 6 - Análise Orçamental da Receita

Análise Orçamental	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Rubrica Receita Corrente	40 907 883,84	39 451 376,68	96,44%
R11 Impostos Diretos	8 626 935,36	8 625 019,11	99,98%
R12 Impostos Indiretos	10,00	0,00	0,00%
R3 Taxas, Multas e Outras Penalidades	2 015 321,39	1 721 134,82	85,40%
R4 Rendimentos da Propriedade	1 848 700,99	1 719 217,01	93,00%
R5 Transferências Correntes	24 423 152,94	24 273 545,15	99,39%
R6 Vendas de Bens/Serv. Correntes	3 778 381,88	3 030 385,47	80,20%
R7 Outras Receitas Correntes	215 381,28	82 075,12	38,11%
Rubrica Receita de Capital	4 834 490,00	4 747 585,47	98,20%
R8 Vendas de Bens de Investimento	86 040,00	84 386,45	98,08%
R9 Transferências Capital	3 906 043,44	3 905 009,52	99,97%
R12 Receita com Ativos Financeiros	70,00	0,00	0,00%
R13 Receita com Passivos Financeiros	758 316,56	757 933,58	99,95%
R10 Outras Receitas Capital	84 020,00	255,92	0,30%
Rubrica Outras Receitas	5 790 125,92	5 773 765,12	99,72%
R11 Reposições não abatidas nos pagamentos	50 010,00	33 649,20	67,28%
R14 Saldo da gerência anterior	5 740 115,92	5 740 115,92	100,00%
Total da Receita	51 532 499,76	49 972 727,27	96,97%

Regista-se que a receita corrente cobrada face à receita corrente previsões corrigidas teve uma execução de 96,44%. De



entre as rubricas que compõem a receita corrente destacam-se a rubrica de Transferências Correntes e Impostos Diretos, com um montante arrecadado de 24,42 milhões de euros e 8,62 milhões de euros, respetivamente.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 98,20% face à receita de capital previsões corrigidas. Destacam-se as rubricas Transferências de Capital com 3,90 milhões de euros, Receitas com Passivos Financeiros com 0,78 milhões de euros e Outras Receitas com 5,77 milhões de euros.

A receita total cobrada (49,97 milhões de euros) face ao total da receita previsões corrigidas (51,53 milhões de euros) apresenta uma execução de 96,97%.

No quadro 7 está espelhada a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga por grandes grupos.

Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa

Análise Orçamental		Dotação Corrigida	Despesa Paga	Taxa de Execução
Rubrica	Despesa Corrente	36 880 605,76	34 036 445,42	92,29%
D1	Despesas com o pessoal	16 581 564,46	16 224 432,39	97,85%
D2	Aquisição de bens e serviços	15 529 602,99	13 421 787,05	86,43%
D3	Juros e outros encargos	800 648,58	795 314,36	99,33%
D4	Transferências e subsídios correntes	3 099 613,31	2 864 069,79	92,40%
D5	Outras despesas correntes	869 176,42	730 841,83	84,08%
Rubrica	Despesa de Capital	14 651 894,00	12 288 550,87	83,87%
D6	Aquisição de bens de capital	10 498 064,00	8 399 550,06	80,01%
D7	Transferências e subsídios de capital	2 580 450,00	2 365 783,62	91,68%
D9	Despesa com ativos financeiros	100,00	0,00	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	1 523 235,49	1 523 217,19	100,00%
D8	Outras despesas de capital	50 044,51	0,00	0,00%
Despesa Total		51 532 499,76	46 324 996,29	89,89%

No que respeita à despesa corrente paga apresenta uma execução de 92,29%. De entre as rubricas que integram a despesa corrente, a rubrica Despesas com Pessoal com 16,22 milhões de euros, Aquisição de Bens e Serviços com 13,42 milhões de euros e Transferências e Subsídios Correntes com 2,86 milhões de euros, destacam-se das demais.

A despesa de capital paga regista uma execução de 83,87%. As rubricas em evidência são as de Aquisição de Bens de Capital cujo montante de despesa paga atingiu os 8,40 milhões de euros, com uma taxa de execução de 80,01%.

A despesa total paga (46,32 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida (51,53 milhões de euros) apresenta uma execução de 89,89 %.

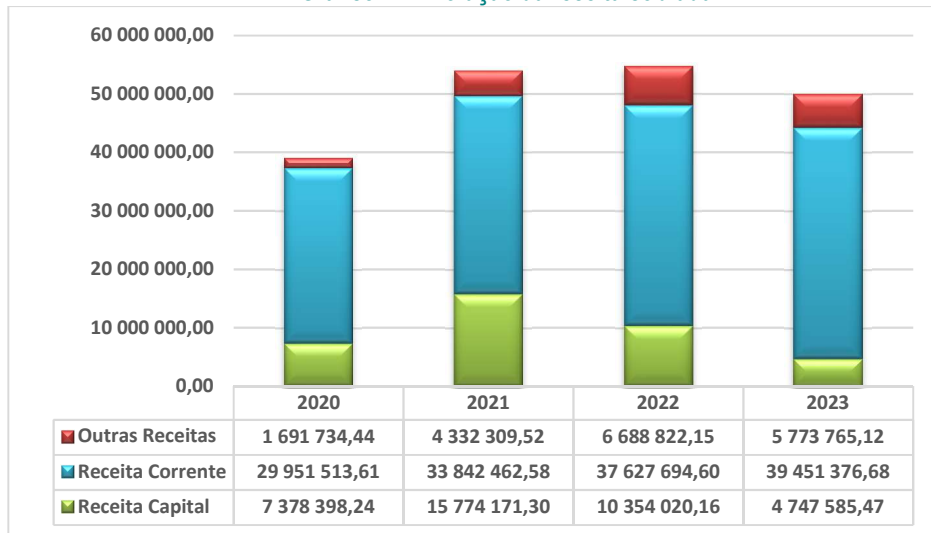


1.1. RECEITA

No Gráfico 1 apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos.

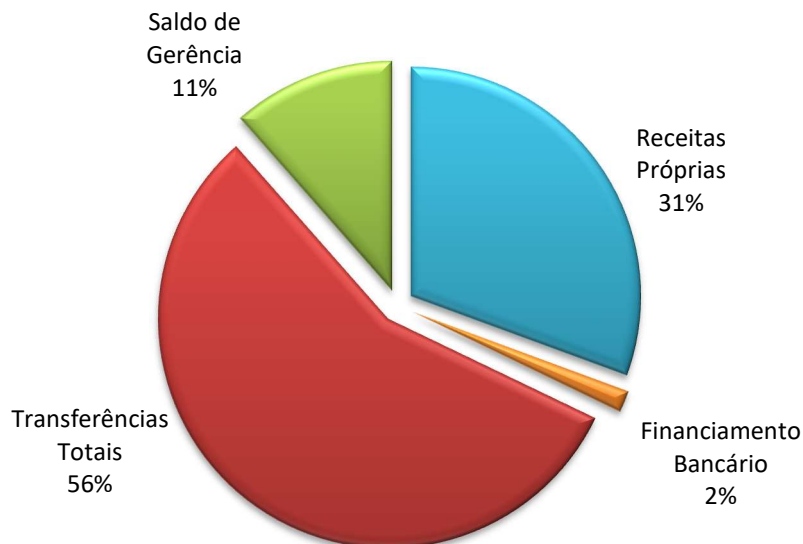
Relativamente à receita total cobrada verifica-se um incremento substancial em 2021 relativamente a 2020, passando de cerca de 39 milhões de euros para cerca de 50 milhões de euros, tendo-se mantido entre 2021 e 2023.

Gráfico 1 – Evolução da receita cobrada



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita no ano 2023, por rubricas gerais.

Gráfico 2 – Distribuição da receita



No final de 2023 a receita total cobrada ascendeu a cerca de 50 milhões de euros, correspondendo 28,18 milhões de euros de transferências totais (56%), 15,30 milhões de euros a receitas próprias (31%), 0,76 milhões de euros de financiamento bancário (2%) e 5,74 milhões de euros a saldo transitado da gerência anterior (11%).



De seguida, procede-se à análise da evolução da receita por grandes rubricas.

Quadro 8 - Análise orçamental da Receita

Designação	2023			2022			Δ face período homólogo
	Previsão Corrigida	Cobrada	% de Execução	Previsão Corrigida	Cobrada	% de Execução	
Impostos directos	8 626 935,36	8 625 019,11	100,0%	8 629 705,02	8 242 225,11	95,5%	4,6%
Impostos indirectos	10,00	0,00	0,0%	10,00	0,00	0,0%	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	2 015 321,39	1 721 134,82	85,4%	1 631 338,60	1 471 700,87	90,2%	16,9%
Rendimentos da propriedade	1 848 700,99	1 719 217,01	93,0%	2 505 955,67	2 483 990,57	99,1%	-30,8%
Transferências correntes	24 423 152,94	24 273 545,15	99,4%	22 833 828,39	22 833 128,59	100,0%	6,3%
Venda de bens e serviços correntes	3 778 381,88	3 030 385,47	80,2%	3 178 201,03	2 513 650,06	79,1%	20,6%
Outras receitas correntes	215 381,28	82 075,12	38,1%	187 150,29	82 999,40	44,3%	-1,1%
Receitas Correntes	40 907 883,84	39 451 376,68	96,4%	38 966 189,00	37 627 694,60	96,6%	4,8%
Venda de bens de investimento	86 040,00	84 386,45	98,1%	199 540,00	198 500,16	99,5%	0,0%
Transferências de capital	3 906 043,44	3 905 009,52	100,0%	7 370 404,21	7 250 842,70	98,4%	-46,1%
Activos financeiros	70,00	0,00	0,0%	70,00	0,00	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	758 316,56	757 933,58	99,9%	2 904 541,79	2 904 472,55	100,0%	-73,9%
Outras receitas de capital	84 020,00	255,92	0,3%	83 670,00	204,75	0,2%	25,0%
Receitas de Capital	4 834 490,00	4 747 585,47	98,2%	10 558 226,00	10 354 020,16	98,1%	-54,1%
Reposições não abatidas nos pagamentos	50 010,00	33 649,20	67,3%	33 410,00	19 882,42	59,5%	69,2%
Saldo da gerência anterior	5 740 115,92	5 740 115,92	100,0%	6 668 939,73	6 668 939,73	100,0%	-13,9%
Outras Receitas	5 790 125,92	5 773 765,12	99,7%	6 702 349,73	6 688 822,15	99,8%	-13,7%
Receitas Totais	51 532 499,76	49 972 727,27	97,0%	56 226 764,73	54 670 536,91	97,2%	-8,59%

Comparando com o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um crescimento de 4,8%, com maior enfoque para as transferências correntes, cuja variação positiva de 6,3% representa em valores absolutos um incremento no montante de 1,44 milhões de euros.

As receitas de capital cobradas registaram um decréscimo (54,1%) face a 2022 justificado essencialmente pela redução de passivos financeiros, com uma variação de -73,9% que representa em valores absolutos 2,15 milhões de euros e das transferências de capital, com uma variação negativa de -46,1% que representa em valores absolutos 3,35 milhões de euros.



1.1.1. RECEITA PRÓPRIA

Em 2023 a receita própria cobrada atingiu os 15,3 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 0,3 milhões de euros, face ao período homólogo.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

Quadro 9 - Evolução da Receita Própria

Designação	2020	2021	2022	2023	Δ 2023-2022
Impostos Locais	7 486 860	7 768 148	8 242 225	8 625 019	4,6%
Taxas Multas e Outras Penalidades	811 272	1 150 706	1 471 701	1 721 135	16,9%
Rend ^o . Propriedades	1 536 257	1 528 574	2 483 991	1 719 217	-30,8%
Venda Bens e Prestação de Serviços	1 615 838	2 061 369	2 513 650	3 030 385	20,6%
Outras Receitas Correntes	47 856	64 298	82 999	82 075	-1,1%
Venda de Bens de Investimento	0	50 526	198 500	84 386	-57,5%
Outras Receitas de Capital	20 440	10 605	20 087	33 905	68,8%
Total das Receitas Próprias	11 518 523	12 634 225	15 013 153	15 296 123	1,9%

Em termos relativos, as receitas próprias registaram em 2023 um acréscimo, de 1,9%, quando comparados com os registados em 2022.

Quadro 10 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos

Impostos	2020	2021	2022	2023	Δ 2023-2022
Impostos Diretos	7 486 860	7 768 148	8 242 225	8 625 019	4,6%
Imposto Municipal sobre Imóveis	4 209 775	4 239 642	4 466 277	4 503 582	0,8%
Imposto Único de Circulação	1 291 976	1 188 991	1 419 043	1 542 008	8,7%
Imposto Municipal sobre Transmissões	1 583 247	1 859 255	1 779 294	1 849 796	4,0%
Derrama	401 861	480 259	577 611	729 632	26,3%
Outros	0	0	0	0	0,0%
Impostos Indiretos*	0	0	0	0	-
Loteamentos e Obras	0	0	0	0	0,0%
Outros	0	0	0	0	0,0%
Total	7 486 860	7 768 148	8 242 225	8 625 019	4,6%

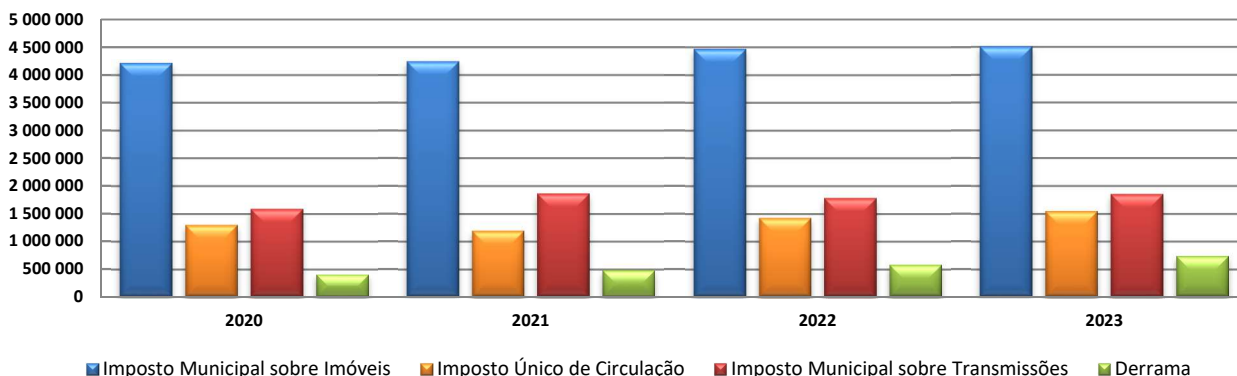
* Em 2020, conforme comunicação da DGAL, as receitas passaram a ser classificadas em Taxas, Multas e Outras Penalidades

Relativamente às receitas provenientes dos impostos verifica-se um acréscimo de 4,6%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial cerca de 383 mil euros.

No que respeita aos impostos indiretos, em 2023 regista-se a não arrecadação de qualquer montante devido a alteração de registo orçamental, por comunicação da DGAL, as receitas que até 2019 eram registadas como impostos indiretos passaram a partir de 2020 a ser registadas como taxas multas e outras penalidades.



Gráfico 3 – Evolução dos principais impostos diretos



No que respeita à evolução de outras receitas próprias (quadro 11), comparativamente a 2022, verificou-se um decréscimo de 1,5%, correspondendo a um valor absoluto cerca de 100 mil euros, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 11 - Evolução de Outras Receitas Próprias

Outras Receitas Próprias	2020	2021	2022	2023	Δ 2023-2022
Taxas, Multas e Outras Penalidades*	811 272	1 150 706	1 471 701	1 721 135	16,9%
Mercados e Feiras			45 586	81 569	-
Loteamentos e obras	591 482	892 191	618 948	800 207	29,3%
Ocupação da via pública	116 924	125 958	141 526	146 502	3,5%
Taxa municipal de direitos de passagem	14 853	14 937	16 672	18 453	10,7%
Licença sobre o ruído	0	1 823	5 815	5 323	-8,5%
Outras	37 872	71 439	511 575	533 872	4,4%
Multas e outras penalidades	50 140	44 358	131 578	135 210	2,8%
Rendimentos de Propriedade	1 536 257	1 528 574	2 483 991	1 719 217	-30,8%
Juros - Sociedades Financeiras	0	31	62	12 318	19860,9%
Dividendos e Participação nos lucros de sociedades	21 624	20 843	20 225	31 733	56,9%
Participação nos lucros de administrações públicas	0	0	23 221	11 370	-
Rendas	1 511 539	1 507 095	2 439 783	1 663 796	-31,8%
Outras	3 094	605	699	0	-100,0%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 615 838	2 061 369	2 513 650	3 030 385	20,6%
Venda de Bens	25 557	33 521	65 115	60 110	-7,7%
Serviços	1 378 239	1 821 982	2 199 965	2 727 273	24,0%
Rendas	212 042	205 867	248 570	243 003	-2,2%
Outras Receitas Correntes	47 856	64 298	82 999	82 075	-1,1%
Venda de Bens de Investimento	0	50 526	198 500	84 386	-
Terrenos	0	14 423	198 500	37 184	-81,3%
Edifícios	0	0	0	0	-
Outros	0	36 103	0	47 202	-
Outras Receitas Capital	625	802	205	256	25,0%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	19 815	9 802	19 882	33 649	69,2%
Total	4 031 663	4 866 078	6 770 928	6 671 104	-1,5%

* Em 2020, conforme comunicação da DGAL, passaram a ser registadas receitas que antes eram classificadas em Impostos Indiretos



1.1.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

As transferências obtidas atingiram os 28,2 milhões de euros em 2023. Tendo-se registado um decréscimo relativamente ao período homólogo cerca de 1,9 milhões de euros (-6,3%).

A redução verificada na rubrica “Transferências de competências - Lei 50/2018 em 2022 deve-se ao facto de o registo desta tipologia de receita integrar o agregado “Outras”, o que já não se verifica em 2023.

Relativamente às transferências de capital, comparativamente com o período homólogo, verifica-se uma diminuição de 3,97 milhões de euros nas transferências do Portugal 2020 e um acréscimo 0,56 milhões de euros relativo às transferências “RFALEI - Artº 35º, Nº.3 da Lei Nº.73/2013”.

Mais pormenorizadamente, apresenta-se no quadro 12, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

Quadro 12 - Evolução das Transferências Obtidas

Transferências	2020	2021	2022	2023	Δ 2023-2022
Transferências Correntes	18 453 431	21 269 368	22 833 129	24 273 545	6,3%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	13 251 044	14 416 341	15 419 974	16 099 326	4,4%
Fundo Social Municipal	1 188 159	1 188 159	943 968	985 011	4,3%
Participação Variável no IRS	1 297 118	1 428 541	1 489 328	1 671 779	12,3%
Transferências de competências - Lei 50/2018	800 503	2 339 689	0	4 950 990	-
Participação no IVA - Art.26º-A da Lei Nº.73/2013	215 895	179 486	158 658	230 050	45,0%
Outras	1 700 712	1 717 152	4 821 201	336 390	-93,0%
Transferências de Capital	4 754 440	8 937 668	7 250 843	3 905 010	-46,1%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 472 338	1 601 816	1 713 330	1 788 814	4,4%
Cooperação Técnica e Financeira	0	62 399	45 791	0	-100,0%
RFALEI - Artº 35º, Nº.3 da Lei Nº.73/2013	538 824	616 631	189 064	750 786	297,1%
Outras				30 360	-
PORTUGAL 2020	2 743 278	6 656 822	5 302 658	1 335 050	-74,8%
Total	23 207 871	30 207 036	30 083 971	28 178 555	-6,3%



1.1.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

Durante o ano de 2023 e no que se refere a financiamentos bancários, o Município utilizou o montante de 757.934 euros de empréstimos de médio e longos prazos, e amortizou 1.523.217 euros, correspondendo a uma diferença entre utilização e amortização de -765.284 euros.

Quadro 13 - Evolução da Utilização/Amortização de Empréstimos MLP

(Un.: euros)

Designação	2020	2021	2022	2023
1. Utilização Médio e Longo Prazo	2 623 334	6 785 175	2 904 473	757 934
Caixa G. Depósitos				227 633
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo				
Banco BPI	1 416 682	5 145 517	2 255 957	530 301
Banco Santander Totta		1 394 880	648 516	
Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)	1 206 651	244 778		
2 . Amortização Médio e Longo Prazo	1 714 192	1 617 347	1 388 557	1 523 217
Caixa G. Depósitos	959 696	831 479	836 479	795 579
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	188 410	201 495	114 909	94 531
Banco BPI	566 086	584 372	363 081	176 051
Banco Santander Totta				155 148
Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)			74 088	301 909
3. Diferença entre Utilização e Amortização (3=1-2)	909 142	5 167 828	1 515 916	-765 284

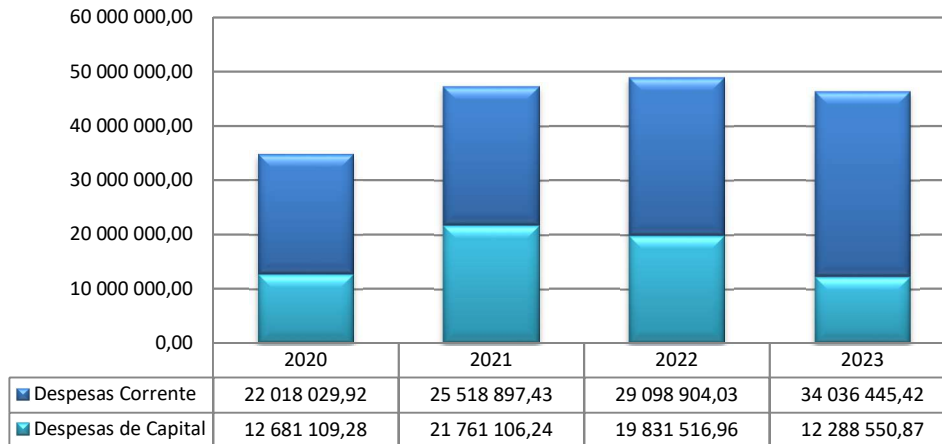


1.2. DESPESA

No final de 2023, as despesas totais atingiram o montante de 46.324.996 euros, sendo as despesas correntes de 73% e as de capital de 27%. Comparativamente ao ano 2022, verifica-se um decréscimo da despesa total cerca de 2,6 milhões de euros.

O gráfico 4 apresenta a evolução da despesa corrente e de capital de 2020 a 2023.

Gráfico 4 – Evolução da despesa paga



1.2.1. DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – DESPESA CORRENTE E DESPESA DE CAPITAL

Em 2023 a despesa corrente paga relativamente à dotação corrigida teve uma execução de 92,3% (34,0 milhões de euros) e a despesa de capital paga relativamente à dotação corrigida de 83,9% (12,3 milhões de euros). A despesa total paga relativamente à dotação corrigida teve uma execução de 89,9% (46,32 milhões de euros)

O quadro seguinte apresenta a variação da despesa paga por classificação económica relativamente ao período homólogo, verifica-se um aumento de 17,0% nas despesas correntes pagas (4,94 milhões de euros) e um decréscimo de 38,0% nas despesas de capital (7,54 milhões de euros), sendo que as despesas totais registaram um decréscimo de - 5,32% (2,60 milhões de euros)



Quadro 14 - Evolução da Despesa por Classificação Económica Período Homólogo

Class. Econ.	Designação	2023			2022			Δ 2022-2023
		Dotação Corrigida	Pago	% de Execução	Dotação Corrigida	Pago	% de Execução	
01	Despesas com o pessoal	16 581 564,46	16 224 432,39	97,8%	15 079 689,00	14 747 131,14	97,8%	10,0%
02	Aquisição de bens e serviços	15 529 602,99	13 421 787,05	86,4%	13 430 763,97	11 141 186,67	83,0%	20,5%
03	Juros e outros encargos	800 648,58	795 314,36	99,3%	219 392,03	196 275,74	89,5%	305,2%
04	Transferências e subsídios correntes	3 099 613,31	2 864 069,79	92,4%	2 698 540,00	2 359 939,02	87,5%	21,4%
06	Outras despesas correntes	869 176,42	730 841,83	84,1%	978 145,96	654 371,46	66,9%	11,7%
	Despesas Correntes	36 880 605,76	34 036 445,42	92,3%	32 406 530,96	29 098 904,03	89,8%	17,0%
07	Aquisição de bens de capital	10 498 064,00	8 399 550,06	80,0%	19 231 797,79	15 794 922,15	82,1%	-46,8%
08	Transferências e subsídios de capital	2 580 450,00	2 365 783,62	91,7%	2 984 760,00	2 648 038,29	88,7%	-10,7%
09	Despesa com ativos financeiros	100,00	0,00	0,0%	10 610,00	0,00	0,0%	0,0%
10	Despesa com passivos financeiros	1 523 235,49	1 523 217,19	100,0%	1 543 036,95	1 388 556,52	90,0%	9,7%
11	Outras despesas de capital	50 044,51	0,00	0,0%	50 029,03	0,00	0,0%	-
	Despesas de Capital	14 651 894,00	12 288 550,87	83,9%	23 820 233,77	19 831 516,96	83,3%	-38,0%
	Despesas Totais	51 532 499,76	46 324 996,29	89,9%	56 226 764,73	48 930 420,99	87,0%	-5,32%

A evolução da despesa paga por classificação económica dos últimos quatro anos é apresentada pelo quadro que se segue.

De uma forma geral constata-se que não se registam alterações significativas entre 2020 e 2023.

Quadro 15 - Evolução da despesa por Classificação Económica

Class. Econ.	Designação	2020		2021		2022		2023	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Pessoal	11 092 630,40	33,3%	14 012 068,36	29,6%	14 747 131,14	30,1%	16 224 432,39	35,0%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	8 501 968,50	30,2%	8 639 859,13	18,3%	11 141 186,67	22,8%	13 421 787,05	29,0%
03	Encargos Correntes Divida	136 152,15	0,4%	123 560,05	0,3%	196 275,74	0,4%	795 314,36	1,7%
04	Transferências Correntes	2 008 424,06	6,7%	2 326 481,54	4,9%	2 359 939,02	4,8%	2 864 069,79	6,2%
06	Outras Despesas Correntes	278 854,81	2,4%	416 928,35	0,9%	654 371,46	1,3%	730 841,83	1,6%
	Total Despesas Correntes	22 018 029,92	73,1%	25 518 897,43	54,0%	29 098 904,03	59,5%	34 036 445,42	73,5%
07	Aquisição Bens Investimento	9 304 302,48	15,3%	18 275 634,06	38,7%	15 794 922,15	32,3%	8 399 550,06	18,1%
08	Transferências Capital	1 662 615,22	5,5%	1 842 139,51	3,9%	2 648 038,29	5,4%	2 365 783,62	5,1%
09	Activos Financeiros	0,00	0,9%	25 986,09	0,1%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
10	Passivos Financeiros	1 714 191,58	5,2%	1 617 346,58	3,4%	1 388 556,52	2,8%	1 523 217,19	3,3%
11	Outras Despesas de Capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	Total Despesas Capital	12 681 109,28	26,9%	21 761 106,24	46,0%	19 831 516,96	40,5%	12 288 550,87	26,5%
	TOTAL DESPESAS	34 699 139,20	100,0%	47 280 003,67	100,0%	48 930 420,99	100,0%	46 324 996,29	100,0%

1.2.2. DESPESA POR AGREGADOS ECONÓMICOS

Quadro 16 - Evolução da Despesa por Agregados Económicos

Designação	2020		2021		2022		2023	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Encargos de Funcionamento	21 881 877,77	63,1%	25 395 337,38	53,7%	28 902 628,29	59,1%	33 241 131,06	71,8%
Pessoal	11 092 630,40	32,0%	14 012 068,36	29,6%	14 747 131,14	30,1%	16 224 432,39	35,0%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	8 501 968,50	24,5%	8 639 859,13	18,3%	11 141 186,67	22,8%	13 421 787,05	29,0%
Transferências Correntes	2 008 424,06	5,8%	2 326 481,54	4,9%	2 359 939,02	4,8%	2 864 069,79	6,2%
Outras Despesas Correntes	278 854,81	0,8%	416 928,35	0,9%	654 371,46	1,3%	730 841,83	1,6%
Investimento Global	10 966 917,70	31,6%	20 143 759,66	42,6%	18 442 960,44	37,7%	10 765 333,68	23,2%
Investimento Directo	9 304 302,48	26,8%	18 275 634,06	38,7%	15 794 922,15	32,3%	8 399 550,06	18,1%
Transferências Capital	1 662 615,22	4,8%	1 842 139,51	3,9%	2 648 038,29	5,4%	2 365 783,62	5,1%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Activos Financeiros	0,00	0,0%	25 986,09	0,1%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Serviço da Dívida	1 850 343,73	5,3%	1 740 906,63	3,7%	1 584 832,26	3,2%	2 318 531,55	5,0%
Juros	136 152,15	0,4%	123 560,05	0,3%	196 275,74	0,4%	795 314,36	1,7%
Amortização	1 714 191,58	4,9%	1 617 346,58	3,4%	1 388 556,52	2,8%	1 523 217,19	3,3%
TOTAL DESPESAS	34 699 139,20	100,0%	47 280 003,67	100,0%	48 930 420,99	100,0%	46 324 996,29	100,0%

1.2.2.1 ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 33.241.131,06 euros aumentaram 4.338.502,77 euros relativamente ao ano de 2022, e representaram 71,8% do total das despesas do município.

a. Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal, no montante de 16.224.432,39 euros (35,0% do total das despesas), cresceram 1.477.301,25 euros relativamente ao ano anterior, essencialmente em consequência de valorizações remuneratórias.

A 31 de dezembro de 2023 o quadro de pessoal do Município integrava 789 colaboradores, cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género se apresenta no quadro seguinte.



Quadro 17 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	12	0	0	0	0	4	16
	M:	6	0	0	0	0	3	9
	T:	18	0	0	0	0	7	25
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	27	56	193	7	0	283
	M:	0	58	89	323	0	0	470
	T:	0	82	142	504	7	0	753
CTFP a termo resolutivo certo	H:	0	0	0	1	0	0	1
	M:	0	0	0	3	0	0	3
	T:	0	61	0	0	0	0	4
CTFP a termo resolutivo incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	7	0	0	7
	T:	0	0	0	10	0	0	7
Outra	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	12	27	56	194	7	4	300
	M:	6	58	89	333	0	3	489
	T:	18	85	145	527	7	7	789

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 489 colaboradores do sexo feminino e 300 colaboradores do sexo masculino.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 106.618,77 euros.

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 16.224.432,39 euros, representando cerca de 41% do total das receitas correntes do ano.

b. Aquisição de bens e serviços

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 13.421.787,05 euros, registou um aumento de 2.280.600,38 euros relativamente ao ano de 2022.

O quadro seguinte traduz de forma detalhada a evolução da despesa com aquisição de bens e serviços período homólogo


Quadro 18 - Evolução da Despesa Aquisição de Bens e Serviços Período Homólogo

Class. Econ.	Designação	2023		2022		Δ 2022-2023	
		Pago	Peso %	Pago	Peso %	Valor	%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	13 421 787,05	100,0%	11 141 186,67	100,0%	2 280 600,38	20,5%
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	2 036 277,41	15,2%	1 872 648,77	16,8%	163 628,64	8,7%
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	403 040,91	3,0%	297 215,34	2,7%	105 825,57	35,6%
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1 259 587,68	9,4%	1 171 787,65	10,5%	87 800,03	7,5%
02010201	Gasolina	16 746,67	0,1%	15 769,57	0,1%	977,10	6,2%
02010202	Gasóleo	305 516,11	2,3%	368 831,74	3,3%	-63 315,63	-17,2%
02010299	Outros	937 324,90	7,0%	787 186,34	7,1%	150 138,56	19,1%
020104	LIMPEZA E HIGIENE	28 473,96	0,2%	34 553,14	0,3%	-6 079,18	-17,6%
020106	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	31 194,46	0,2%	28 478,36	0,3%	2 716,10	9,5%
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	30 849,42	0,2%	41 728,27	0,4%	-10 878,85	-26,1%
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	29 429,01	0,2%	67 810,23	0,6%	-38 381,22	-56,6%
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	62 535,11	0,5%	51 662,68	0,5%	10 872,43	21,0%
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	52 626,06	0,4%	59 120,02	0,5%	-6 493,96	-11,0%
02011603	Outros	52 626,06	0,4%	59 120,02	0,5%	-6 493,96	-11,0%
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	0,00	0,0%	73,14	0,0%	-73,14	-100,0%
020121	OUTROS BENS	138 540,80	1,0%	120 219,94	1,1%	18 320,86	15,2%
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	11 385 509,64	84,8%	9 268 537,90	83,2%	2 116 971,74	22,8%
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	1 400 038,68	10,4%	941 421,85	8,4%	458 616,83	48,7%
020202	LIMPEZA E HIGIENE	142 843,66	1,1%	102 150,61	0,9%	40 693,05	39,8%
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	284 740,30	2,1%	318 003,00	2,9%	-33 262,70	-10,5%
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
020209	COMUNICAÇÕES	94 964,70	0,7%	96 744,51	0,9%	-1 779,81	-1,8%
020210	TRANSPORTES	1 911 123,83	14,2%	1 720 498,41	15,4%	190 625,42	11,1%
020212	SEGUROS	187 665,20	1,4%	155 375,83	1,4%	32 289,37	20,8%
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	358 259,88	2,7%	324 769,90	2,9%	33 489,98	10,3%
020215	FORMAÇÃO	18 226,85	0,1%	19 335,10	0,2%	-1 108,25	-5,7%
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	466 074,09	3,5%	451 698,74	4,1%	14 375,35	3,2%
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	39 167,24	0,3%	29 324,35	0,3%	9 842,89	33,6%
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	472 713,00	3,5%	458 065,76	4,1%	14 647,24	3,2%
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	2 636 314,63	19,6%	1 679 105,26	15,1%	957 209,37	57,0%
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	254 717,20	1,9%	248 615,61	2,2%	6 101,59	2,5%
020225	OUTROS SERVIÇOS	3 118 660,38	23,2%	2 723 428,97	24,4%	395 231,41	14,5%
02022501	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	955 223,12	7,1%	790 355,40	7,1%	164 867,72	20,9%
02022599	DIVERSOS	2 163 437,26	16,1%	1 933 073,57	17,4%	230 363,69	11,9%

A aquisição de bens com 2.036.277,41 euros representa 15,2% do total da aquisição de bens e serviços e, a aquisição de serviços com 11.385.509,64 euros representa 84,8%.

c. Transferências correntes

Relativamente às transferências correntes regista-se em 2023 o montante de 2.864.069,79 euros, correspondendo a um acréscimo de 504.130,77 euros em relação ao ano anterior.



d. Outras despesas correntes

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 730.841,83 euros, aumentou 76.470,37 euros em relação ao ano de 2022.

1.2.2.2 INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 10.765.163,68 euros, tendo registado uma diminuição de 7.677.796,76 euros em relação ao ano de 2022.

a. Investimento direto

O investimento direto da Autarquia, no montante de 8.399.550,06 euros, diminuiu 7.395.372,09 euros relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

b. Transferências de capital

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 2.365.783,62 euros, representando uma diminuição de 282.254,67 euros, em relação ao período homólogo de 2022.

c. Outras despesas de capital

Relativamente a outras despesas de capital, constata-se um valor nulo, sem variação relativamente ao ano anterior.

d. Ativos financeiros

Finalmente nos ativos financeiros regista também se um valor nulo.



Quadro 19 - Desagregação do Investimento Direto

Objectivo	Valor	Peso
Terrenos	471 630,01	5,6%
Habitacões	71 949,83	0,9%
Instalações de serviços	659 998,49	7,9%
Instalações desportivas e recreativas	503 965,03	6,0%
Escolas	81 548,02	1,0%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	813 204,66	9,7%
Iluminação Pública	3 983,74	0,0%
Viação Rural	923 490,35	11,0%
Sinalização e trânsito	37 966,98	0,5%
Outros - Construções diversas	1 260 363,90	15,0%
Outros edificios	1 367 812,11	16,3%
Material de transporte	456 843,84	5,4%
Equipamento informático	74 349,27	0,9%
Software informático	7 546,05	0,1%
Equipamento básico	392 411,62	4,7%
Ferramentas e utensílios	13 478,84	0,2%
Investimentos incorpóreos	36 752,40	0,4%
Equipamento administrativo	44 906,46	0,5%
Outros investimentos	1 177 348,46	14,0%
TOTAL	8 399 550,06	100,0%

1.2.2.3 SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 2.318.531,55 euros, dos quais 1.523.217,19 euros correspondem a amortização de empréstimos de médio e longo prazos e 795.314,36 euros a juros. A rubrica regista um acréscimo de 733.699,29 euros relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 3,2% do total da despesa e 8,1% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.



1.3. RESULTADO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada (inclui saldo da gerência anterior) e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento seguinte.

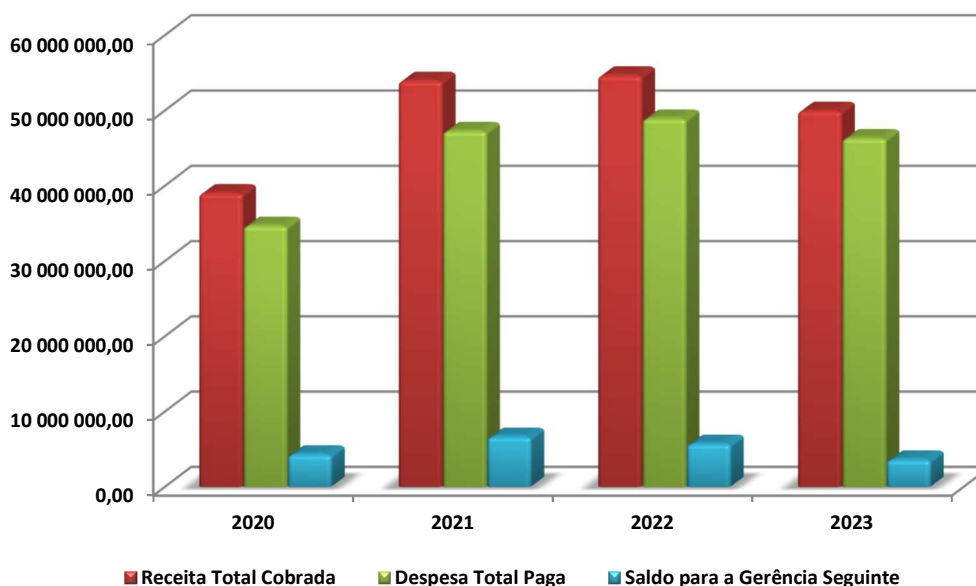
Verifica-se que o saldo da gerência desde o ano 2020 é superior a 3,5 milhões de euros por ano e, registe-se que o saldo da gerência que transita de 2023 para 2024 ascende a 3,6 milhões de euros.

Quadro 20 - Resultado Orçamental (Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência)

Designação	2020	2021	2022	2023
Receita Total Cobrada	39 021 646,29	53 948 943,40	54 670 536,91	49 972 727,27
Despesa Total Paga	34 699 139,20	47 280 003,67	48 930 420,99	46 324 996,29
Saldo para a Gerência Seguinte	4 322 507,09	6 668 939,73	5 740 115,92	3 647 730,98

A representação gráfica do quadro anterior é a que consta no gráfico 5 seguinte.

Gráfico 5 - Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência



No quadro 21 é exposto o resultado orçamental de 2023, verificando-se uma poupança corrente no montante de 5,4 milhões de euros, utilizada para cobrir parte da despesa de capital paga, uma vez que a receita de capital cobrada (4,8 milhões de euros) demonstrou ser insuficiente para pagar a despesa de capital.

Note-se que o saldo da gerência que transita de 2023 para 2024 ascende a 3,6 milhões de euros.

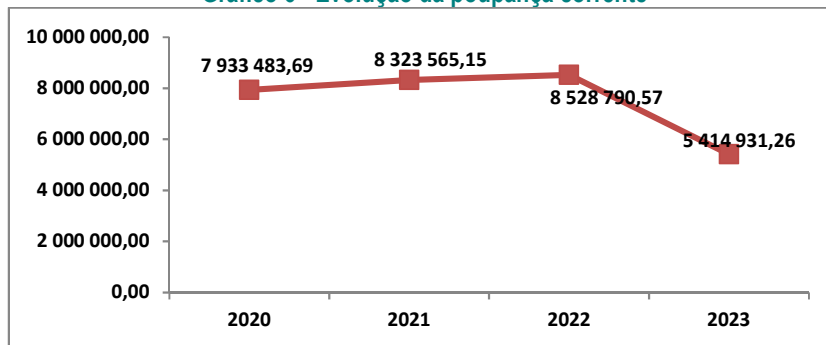


Quadro 21 - Resultado Orçamental

Resultado Orçamental	2023
Receita Corrente Cobrada	39 451 376,68
Despesa Corrente Paga	34 036 445,42
Poupança Corrente	5 414 931,26
Receita de Capital Cobrada	4 781 234,67
Despesa de Capital Paga	12 288 550,87
Saldo de Capital	-7 507 316,20
Receita Total Cobrada	44 232 611,35
Despesa Total Paga	46 324 996,29
Saldo da Gerência Anterior	5 740 115,92
Saldo Orçamental	3 647 730,98

O gráfico seguinte ilustra a evolução da poupança corrente nos últimos quatro anos. O ano de 2022 atingiu uma poupança no montante cerca de 8,5 milhões de euros, cerca de 205 mil de euros superior ao período homólogo de 2021.

Gráfico 6 - Evolução da poupança corrente



	2020	2021	2022	2023
Receita Corrente Cobrada	29 951 513,61	33 842 462,58	37 627 694,60	39 451 376,68
Despesa Corrente Paga	22 018 029,92	25 518 897,43	29 098 904,03	34 036 445,42
Poupança Corrente	7 933 483,69	8 323 565,15	8 528 790,57	5 414 931,26

1.4. PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS

Atualmente, a gestão autárquica assenta num conjunto de informação complexa e diversificada, tornando-se necessário desenvolver e implementar modelos de gestão pública que permitam analisar e apreciar a gestão dos recursos públicos segundo critérios de racionalidade não só económica, mas também social.

Consequentemente, será determinante dispor de elementos de informação técnico-financeira adequados à pilotagem e acompanhamento da gestão.

Os indicadores são instrumentos que permitem analisar aspetos relevantes da entidade, o diagnóstico, a aprendizagem e a melhoria constante, constituindo-se como ferramenta auxiliar à monitorização e acompanhamento do desenvolvimento da gestão.

Contudo, importa realçar as autarquias não se movem por objetivos de maximização dos lucros, mas visam essencialmente alcançar objetivos sociais de maximização da satisfação de necessidades dos munícipes, com os recursos disponíveis.

No quadro seguinte apresenta-se um conjunto de indicadores orçamentais.

Quadro 22 - Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais					
Nº	Fórmula de Cálculo do Rácio	2020	2021	2022	2023
Receitas					
1	<u>Receita Corrente</u> <u>Receita Total</u>	76,76%	62,73%	68,83%	78,95%
2	<u>Receita de Capital</u> <u>Receita Total</u>	23,24%	37,27%	31,17%	21,05%
3	<u>Receita Corrente</u> <u>Despesa Corrente</u>	136,03%	132,62%	129,31%	115,91%
4	<u>Receita de Capital</u> <u>Despesa de Capital</u>	71,52%	92,40%	85,94%	85,62%
5	<u>Passivos Financeiros (receita)</u> <u>Despesa Total</u>	7,56%	14,35%	5,94%	1,64%
6	<u>Receitas Próprias</u> <u>Despesa Total</u>	33,20%	26,72%	30,68%	33,02%
7	<u>Receitas Próprias</u> <u>Receita Total</u>	29,52%	23,42%	27,46%	30,61%
8	<u>Passivos Financeiros (receita)</u> <u>Receita Total</u>	6,72%	12,58%	5,31%	1,52%
9	<u>Transf. Corrent. e de capit. obtidas da U.E</u> <u>Receita Total</u>	7,18%	12,42%	9,78%	2,76%
Despesas					
10	<u>Despesa Corrente</u> <u>Despesa Total</u>	63,45%	53,97%	59,47%	73,47%
11	<u>Despesa de Capital</u> <u>Despesa Total</u>	36,55%	46,03%	40,53%	26,53%
12	<u>Aquisição de Bens de Capital</u> <u>Despesa Total</u>	26,81%	38,65%	32,28%	18,13%
13	<u>Transferências de capital(despesa)</u> <u>Despesa Total</u>	4,79%	3,90%	5,41%	5,11%
14	<u>Pessoal</u> <u>Despesa Total</u>	31,97%	29,64%	30,14%	35,02%
15	<u>Aquisição de Bens e Serviços Correntes</u> <u>Despesa Total</u>	24,50%	18,27%	22,77%	28,97%
16	<u>Serviço da Dívida</u> <u>Despesa Total</u>	5,33%	3,68%	3,24%	5,00%
17	<u>Amortização de Empréstimos de MLP</u> <u>Despesa Total</u>	4,94%	3,42%	2,84%	3,29%
Outros					
18	<u>Receita Total</u> <u>Nº de Habitantes</u>	732,39 €	1 035,11 €	1 049,02 €	958,87 €
19	<u>Despesa Total</u> <u>N.º de Habitantes</u>	651,26 €	907,15 €	938,88 €	888,88 €
20	<u>Despesa de Investimento</u> <u>Nº de Habitantes</u>	174,63 €	350,65 €	303,07 €	161,17 €



Em relação ao quadro anterior apresenta-se de seguida a descrição do conteúdo de cada rácio, pela ordem sequencial atribuída

1	Mede o peso da receita corrente na receita total
2	Mede o peso da receita de capital na receita total
3	Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
4	Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas de capital
5	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros
6	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da autarquia
7	Mede o peso das receitas próprias no total das receitas arrecadadas
8	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
9	Mede o peso das transferências comunitárias na receita total da autarquia
10	Mede o peso da despesa corrente na despesa total
11	Mede o peso da despesa de capital na despesa total
12	Mede o peso do investimento direto na despesa total
13	Mede o peso do investimento indiretamente realizado pela autarquia, através de transferência de capital para outras entidades, na despesa total
14	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total
15	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
16	Mede o peso da despesa com custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total
17	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos na despesa total
18	Representa o volume de receitas arrecadadas, em termos per capita
19	Representa o volume das despesas efetuadas, em termos per capita
20	Representa o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita



2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Município de Amarante iniciou a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas - SNC-AP em 1 de janeiro de 2020 e, desde essa data que a prestação de contas foi efetuada com base no novo referencial contabilístico.

De entre outras finalidades, no âmbito do SNC-AP, o relato financeiro das entidades públicas visa permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações e do desempenho financeiro da entidade, permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos e proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

Importa referir que, dada a natureza da entidade pública, as suas atribuições e competências, os fins e objetivos que visa alcançar, nomeadamente de proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos, naturalmente que o seu desempenho não se esgota ou resume a qualquer avaliação económico-financeira.

Contudo, dada a importância da sustentabilidade das finanças municipais para o desenvolvimento da sua atividade e para alcançar os objetivos que se propõe e, naturalmente para medir o desempenho económico-financeiro da entidade e fornecer informação verdadeira e apropriada da posição financeira para os diversos utilizadores dessa mesma informação, neste capítulo procede-se a uma abordagem do desempenho financeiro e económico, através da análise do balanço e da demonstração de resultados.



2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO

As estruturas do ativo e fundos próprios e passivo desagregam-se conforme se demonstra no quadro seguinte:

Quadro 23 - Estrutura do Ativo

Ativo	2023	Estrutura	2022	Estrutura	Δ 2023/2022	
					Absoluta	Relativa
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	148 678 941,45 €	88,8%	142 115 701,43 €	87,7%	↑ 6 563 240,02 €	4,6%
Propriedades de investimento	163 139,86 €	0,1%	106 527,82 €	0,1%	↑ 56 612,04 €	53,1%
Ativos intangíveis	404 136,38 €	0,2%	527 520,27 €	0,3%	↓ -123 383,89 €	-23,4%
Participações financeiras	4 830 522,01 €	2,9%	4 950 253,82 €	3,1%	↓ -119 731,81 €	-2,4%
Cientes contribuintes e utentes		0,0%	507,40 €	0,0%	↓ -507,40 €	-100,0%
	154 076 739,70 €	92,1%	147 700 510,74 €	91,1%	↑ 6 376 228,96 €	4,3%
Ativo corrente						
Inventários	25 970,51 €	0,0%	38 271,70 €	0,0%	↓ -12 301,19 €	-32,1%
Devedores p/ transf. e subsídios não reembolsáveis						
Clintes, contribuintes e utentes	189 339,20 €	0,1%	39 772,82 €	0,0%	↑ 149 566,38 €	376,1%
Estado e outros entes públicos	63 033,12 €	0,0%	30 498,27 €	0,0%	↑ 32 534,85 €	106,7%
Outras contas a receber	6 488 481,75 €	3,9%	6 119 122,75 €	3,8%	↑ 369 359,00 €	6,0%
Diferimentos	703 157,28 €	0,4%	142 049,53 €	0,1%	↑ 561 107,75 €	395,0%
Caixa e depósitos	5 802 561,13 €	3,5%	7 995 672,23 €	4,9%	↓ -2 193 111,10 €	-27,4%
	13 272 542,99 €	7,9%	14 365 387,30 €	8,9%	↓ -1 092 844,31 €	-7,6%
Total do Ativo	167 349 282,69 €	100,0%	162 065 898,04 €	100,0%	↑ 5 283 384,65 €	3,3%

O *ativo líquido* fixou-se nos 167,35 M€, crescendo 5,3 M€ (+3,3%) face ao ano transato, alavancado essencialmente pela componente de ativo não corrente – *Ativos fixos tangíveis*.

O *ativo não corrente* ascendeu a 154,1 M€ e representa 92,1% do ativo total.

O *ativo corrente* ascendeu a 13,27 M€ e representa 7,9% do ativo total.

A componente de *outras contas a receber* no valor 6,49 M€, representando 3,9% do ativo total respeita basicamente a devedores e credores por acréscimos (periodização económica) relativos a impostos e taxas imputados ao período, mas cujo recebimento ocorrerá no ano seguinte, como IMI, Derrama e outros.

A componente de *caixa e depósitos*, a 31 de dezembro de 2023, assume um peso de 3,5% na estrutura do ativo e totaliza 5,8 M€.



Quadro 24 - Fundos próprios e passivo

Património Líquido e Passivo	2023	Estrutura	2022	Estrutura	Δ 2023/2022	
					Absoluta	Relativa
Património líquido						
Património/Capital	89 221 778,43 €	53,3%	89 218 446,67 €	55,1%	↑	3 331,76 € 0,0%
Reservas	2 751 609,00 €	1,6%	2 751 609,00 €	1,7%	→	0,00 € 0,0%
Resultados transitados	479 644,46 €	0,3%	-127 298,97 €	-0,1%	↑	606 943,43 € -476,8%
Ajustamentos em ativos financeiros	641 372,44 €	0,4%	710 116,68 €	0,4%	↓	-68 744,24 € 0,0%
Outras variações no património líquido	45 269 088,91 €	27,1%	31 893 191,73 €	19,7%	↑	13 375 897,18 € 41,9%
Resultado líquido do período	827 817,88 €	0,5%	1 188 257,14 €	0,7%	↓	-360 439,26 € -30,3%
Total do Património Líquido	139 191 311,12 €	83,2%	125 634 322,25 €	77,5%	↑	13 556 988,87 € 10,8%
Passivo não corrente						
Provisões	575 114,68 €	0,3%	756 858,18 €	0,5%	↓	-181 743,50 € -24,0%
Financiamentos obtidos	18 841 050,88 €	11,3%	20 427 808,91 €	12,6%	↓	-1 586 758,03 € -7,8%
Fornecedores de investimentos	249 699,99 €	0,1%	499 399,99 €	0,3%	↓	-249 700,00 € -
Diferimentos	523 974,66 €	0,3%	7 522 476,34 €	4,6%	↓	-6 998 501,68 € -93,0%
Outras contas a pagar	1 989 605,71 €	1,2%	2 165 276,84 €	1,3%	↓	-175 671,13 € -
	22 179 445,92 €	13,3%	31 371 820,26 €	19,4%	↓	-9 192 374,34 € -29,3%
Passivo corrente						
Fornecedores	317 932,20 €	0,2%	146 858,86 €	0,1%	↑	171 073,34 € 116,5%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	83 470,40 €	0,0%	83 470,40 €	0,1%	→	0,00 € -
Estado e outros entes públicos	344 292,63 €	0,2%	321 819,99 €	0,2%	↑	22 472,64 € 7,0%
Financiamentos obtidos	2 195 949,58 €	1,3%	1 798 480,46 €	1,1%	↑	397 469,12 € 22,1%
Fornecedores de investimentos	250 452,32 €	0,1%	300 300,01 €	0,2%	↓	-49 847,69 € -16,6%
Outras contas a pagar	2 786 428,52 €	1,7%	2 408 825,81 €	1,5%	↑	377 602,71 € 15,7%
	5 978 525,65 €	3,6%	5 059 755,53 €	3,1%	↑	918 770,12 € 18,2%
Total do Passivo	28 157 971,57 €	16,8%	36 431 575,79 €	22,5%	↓	-8 273 604,22 € -22,7%
Total Património Líquido e Passivo	167 349 282,69 €	100,0%	162 065 898,04 €	100,0%	↑	5 283 384,65 € 3,3%

O *património líquido* e o passivo situaram-se nos 167,35 M€.

A rubrica *outras variações no património líquido* verificou uma variação na ordem de 13,18 M€ resultante de transferências e subsídios para investimentos obtidos, deduzidos da sua imputação anual a rendimentos.

O total do *passivo* ascende a 28,16 M€, registando um decréscimo de 8,27 M€, em resultado do decréscimo verificado na componente do *passivo não corrente*, na rubrica *Diferimentos*, em resultado dos registos referidos no parágrafo anterior.

O *passivo não corrente* ascende a 22,18 M€, tendo registado um decréscimo cerca de 9,19 M€ relativamente ao exercício anterior, sendo que destes cerca de 1,59 M€ correspondem a decréscimo da rubrica de *financiamentos obtidos* (montante exigível a mais de um ano). A rubrica *Outras contas a pagar*, registou uma redução de 0,18 M€. A rubrica *fornecedores de investimentos*, respeita à contabilização de aquisição de terreno a pagar em mais que um exercício económico. A rubrica de *provisões*, em conformidade com os dados relativos aos processos judiciais em curso e em função do grau de risco associado a cada processo, regista uma redução cerca de 0,18 M€.



O *passivo corrente* totaliza 5,98 M€, registando um acréscimo cerca de 0,92 M€ relativamente ao exercício económico anterior. Relativamente à componente *fornecedores* e a *fornecedores de investimentos* importa referir que todas as faturas validadas, com entrada até 31 de dezembro, foram liquidadas na sua totalidade, significando que os valores que apresentam, respeitam a documentos não validados a 31 de dezembro e por consequência não se encontravam em condições de ser liquidados e ainda ao reconhecimento de compromisso a liquidar no ano seguinte relativamente à aquisição de terreno a pagar em mais que um exercício económico. Relativamente à rubrica *outras contas a pagar* reafirma-se o referido no parágrafo anterior e que esta componente refere-se essencialmente ao reconhecimento no corrente exercício dos gastos com férias e subsídio de férias a pagar em 2024

2.2. DESEMPENHO ECONÓMICO

No tocante ao desempenho financeiro, os rendimentos e gastos do período são expressos na demonstração de resultados que se segue.

Quadro 25 – Demonstração de Resultados

Rendimentos e Gastos	Exercício	
	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	10 353 807,05 €	9 798 152,44 €
Vendas	65 956,59 €	65 239,37 €
Prestações de serviços e concessões	4 517 272,53 €	3 863 664,72 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	24 289 220,60 €	22 760 778,35 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	14 315,96 €	20 225,08 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 274 491,32 €	-1 199 946,06 €
Fornecimentos e serviços externos	-12 505 963,40 €	-11 040 173,37 €
Gastos com pessoal	-16 095 712,98 €	-14 686 605,63 €
Transferências e subsídios concedidos	-5 299 105,44 €	-4 976 454,79 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-56 952,25 €	-137 115,85 €
Provisões (aumentos/reduções)	181 743,50 €	-104 308,02 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-2 353,35 €
Outros rendimentos	5 094 845,24 €	3 946 153,26 €
Outros gastos	-565 850,40 €	-626 936,69 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	8 719 085,68 €	7 680 319,46 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-7 049 121,88 €	-6 302 171,73 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 669 963,80 €	1 378 147,73 €
Juros e rendimentos similares obtidos	23 698,41 €	23 283,06 €
Juros e gastos similares suportados	-865 844,33 €	-213 173,65 €
Resultado antes de impostos	827 817,88 €	1 188 257,14 €
Resultado líquido do período	827 817,88 €	1 188 257,14 €



2.2.1 ANÁLISE DOS RENDIMENTOS

No ano de 2023 os rendimentos ascenderam a 44,54M€, o que representa um crescimento de 4,06M€ em termos absolutos e de 10,0% em termos relativos, comparativamente com o ano 2022.

Quadro 26 – Estrutura e evolução dos rendimentos

Rendimentos	2023	Peso (%)	2022	Peso (%)	Δ 2023/2022	
					Absoluta	Relativa
Impostos, contribuições e taxas	10 353 807,05 €	23,2%	9 798 152,44 €	24,2%	↑ 555 654,61 €	5,7%
Vendas	65 956,59 €	0,1%	65 239,37 €	0,2%	↑ 717,22 €	1,1%
Prestações de serviços e concessões	4 517 272,53 €	10,1%	3 863 664,72 €	9,5%	↑ 653 607,81 €	16,9%
Transferências e subsídios correntes obtidos	24 289 220,60 €	54,5%	22 760 778,35 €	56,2%	↑ 1 528 442,25 €	0,0%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	14 315,96 €	0,0%	20 225,08 €	0,0%	↓ -5 909,12 €	-29,2%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,0%		0,0%	⇒ 0,00 €	0,0%
Provisões (aumentos/reduções)	181 743,50 €	0,4%		0,0%	↑ 181 743,50 €	0,0%
Outros rendimentos	5 094 845,24 €	11,4%	3 946 153,26 €	9,7%	↑ 1 148 691,98 €	29,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	23 698,41 €	0,1%	23 283,06 €	0,1%	↑ 415,35 €	1,8%
Total de Rendimentos	44 540 859,88 €	100,0%	40 477 496,28 €	100,0%	↑ 4 063 363,60 €	10,0%

Os rendimentos totais de 2023 ascenderam a 44,54 M€, destacando-se as rubricas de *transferências e subsídios correntes obtidos* e *impostos, contribuições e taxas*, com um peso de 54,5% e 23,2%, respetivamente, representam as rubricas com maior peso na estrutura dos rendimentos.

O total de rendimentos registou au acréscimo de 4,06 M€ relativamente a 2022, representando um aumento de 10,0%, tendo contribuído para este acréscimo essencialmente as rubricas *transferências e subsídios correntes obtidos* e *outros rendimentos*.

2.2.2 ANÁLISE DOS GASTOS

Quadro 27 – Estrutura e evolução dos gastos

Gastos	2023	Peso (%)	2022	Peso (%)	Δ 2023/2022	
					Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 274 491,32 €	2,9%	1 199 946,06 €	3,1%	↑ 74 545,26 €	6,2%
Fornecimentos e serviços externos	12 505 963,40 €	28,6%	11 040 173,37 €	28,1%	↑ 1 465 790,03 €	13,3%
Gastos com pessoal	16 095 712,98 €	36,8%	14 686 605,63 €	37,4%	↑ 1 409 107,35 €	9,6%
Transferências e subsídios concedidos	5 299 105,44 €	12,1%	4 976 454,79 €	12,7%	↑ 322 650,65 €	6,5%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	56 952,25 €	0,1%	137 115,85 €	0,3%	↓ -80 163,60 €	-
Provisões (aumentos/reduções)		0,0%	104 308,02 €	0,3%	↓ -104 308,02 €	-100,0%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,0%	2 353,35 €	0,0%	↓ -2 353,35 €	-100,0%
Outros gastos	565 850,40 €	1,3%	626 936,69 €	1,6%	↓ -61 086,29 €	-9,7%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	7 049 121,88 €	16,1%	6 302 171,73 €	16,0%	↑ 746 950,15 €	11,9%
Juros e gastos similares suportados	865 844,33 €	2,0%	213 173,65 €	0,5%	↑ 652 670,68 €	306,2%
Total de Gastos	43 713 042,00 €	100,0%	39 289 239,14 €	100,0%	↑ 4 423 802,86 €	11,3%

No tocante aos gastos do período que totalizaram 43,71 M€, destacam-se os *gastos com pessoal* com 36,8%, *fornecimentos e serviços externos* com 28,6%, *gastos/reversões de depreciação e amortização* com 16,1% e *transferências e subsídios concedidos* com 12,1%.

Relativamente a 2022, regista-se um acréscimo gastos totais de 11,3% no montante de 4,42 M€, com grande expressão na componente *fornecimentos e serviços externos* e *gastos com pessoal*. A rubrica *gastos com pessoal*, registou acréscimos essencialmente em resultado de atualizações de remunerações. NA rubrica de *transferências e subsídios concedidos* verificou-se um acréscimo de 0,32 M€.



2.2.3 RESULTADOS

Quadro 28 – Resultados

Resultados	2023	2022
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	8 719 085,68 €	7 680 319,46 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 669 963,80 €	1 378 147,73 €
Resultado antes de impostos	827 817,88 €	1 188 257,14 €
Resultado líquido do período	827 817,88 €	1 188 257,14 €

Da análise do desempenho económico, verifica-se que o resultado líquido do período ascende a 0,83 M€.



3. LIMITES LEGAIS

3.1. AFERIÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece no artigo 52.º a dívida total como limite à dívida municipal.

Os n.ºs 1 a 3 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelecem:

Artigo 52.º

Limite da dívida total

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Em conformidade com o artigo 3.º da Lei n.º 29/2023, de 4 de julho, “Durante o ano de 2023, a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é aumentada para 40 /prct..”

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do limite e a dívida total do município, reportada a 31 de dezembro de 2023.

Quadro 29 – Apuramento da capacidade de endividamento para o ano de 2023

Apuramento da Capacidade de Endividamento para o ano de 2023

DÍVIDA TOTAL

(art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto)

Situação a 31/12/2023

Apuramento do limite da "Dívida Total"			2023
Total receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios			101 421 671 €
Receita cobrada em 2020	29 951 513,61 €		
Receita cobrada em 2021	33 842 462,58 €		
Receita cobrada em 2022	37 627 694,60 €		
Média da receita			33 807 224 €
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios			50 710 835 €
Apuramento da Dívida Total - 31.12.2023			
Endividamento de Curto e Médio e Longo Prazos			20 102 992 €
Conta	Designação	Dívida	
25.1.1.2.1.1.1+ 25.1.1.2.2.1.1	Empréstimos bancários de MLP não excecionados	18 381 379,71 €	
25.1.3	Locações financeiras	469 954,67 €	
22.1+22.5	Fornecedores	317 932,20 €	
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos	63 924,10 €	
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	279 074,05 €	
27.1.1+27.1.2	Fornecedores de investimentos c/c	500 152,31 €	
27.6	Adiantamentos por conta de vendas/prestações de serviços	83 470,40 €	
27.8.5	Sindicatos	1 409,34 €	
27.8.9.2.9.1.9.3	Outras entidades	1 775,81 €	
27.8.9.2.9.1.9.9	Outros credores	3 919,67 €	
Dívida total operações orçamentais do Município			20 102 992 €
Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total (Art.º 54.º)*			163 281 €
	IET - INSTITUTO EMPRESARIAL DO TÂMEGA	163 281 €	
DÍVIDA TOTAL			20 266 273 €
Capacidade de Endividamento			
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL EM 2023 (n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	(1)		50 710 835,40 €
Montante da dívida Total a 31/12/2023 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	(2)		20 266 273,39 €
Margem Absoluta (3 = 1 - 2)	(3) = (1) - (2)		30 444 562,01 €
Margem utilizável a 31/12/2023 (40%(3))	(4)		12 177 824,80 €
Montante da dívida Total a 01/01/2023 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	(5)		21 232 988,12 €
Margem utilizável a 01/01/2023	(6)		11 791 138,90 €
Margem Disponível por Utilizar a 31/12/2023 (7 = 6 - (2 - 5))	(7)		12 757 853,63 €

O município apresenta um limite da dívida total em 31 de dezembro de 2023 no valor de € 50.710.835.

Da avaliação do quadro contata-se que o município apresenta uma dívida total em 31-12-2023 de € 20.266.273, cujo limite se situa nos € 50.710.835, representando uma **margem absoluta de endividamento de € 30.444.562**.

A 31 de dezembro de 2023, o município tem utilizada cerca de 40% da sua capacidade de endividamento.

Relativamente à dívida municipal, a Lei n.º 73/2013 estabelece mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal e as regras para a sua aferição.

Artigo 57.º

Mecanismos de recuperação financeira municipal

1 — Os municípios que ultrapassem o limite da dívida total previsto no artigo 52.º recorrem aos seguintes mecanismos de recuperação financeira, nos termos dos artigos seguintes:

a) Saneamento financeiro;

b) Recuperação financeira.

2 — A adesão aos mecanismos de recuperação financeira é facultativa ou obrigatória consoante o nível de desequilíbrio financeiro verificado a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 61.º

Recuperação financeira municipal

1 — O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira.

2 — A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Artigo 58.º

Saneamento financeiro

1 — O município deve contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, quando, no final do exercício:

a) Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou

b) O montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º.

Artigo 56.º

Alerta precoce de desvios

1 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis



pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

A 31 de dezembro de 2023, o município não viola qualquer das situações tipificadas nos mecanismos de recuperação financeira municipal e saneamento financeiro, nem qualquer indicador de alerta precoce, denotando solidez nas finanças municipais.

3.2. EQUILÍBRIO CORRENTE (ARTIGO 40.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

O artigo 40.º a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais) estabelece no n.º 2, que:

"...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos."

Relativamente ao exercício de 2023, a posição do Equilíbrio Orçamental é a que se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 30 – Equilíbrio orçamental

Data: 31/12/2023

Receita Corrente Bruta Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações Médias Empréstimos MLP (3)	Margem (4 = 1-2-3)
39 897 666	34 036 445	1 598 003	4 263 218

O quadro anterior corresponde à aferição do equilíbrio orçamental relativo ao exercício de 2023, verificando-se o cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a existência de uma margem de 4.263.218€, face ao limite.

No mapa seguinte apresenta-se o cálculo das amortizações médias dos empréstimos em vigor.


Quadro 31 - Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos

Identificação do empréstimo	Finalidade do empréstimo	Capital		Capital em dívida no ano 2023		Amortizações médias de capital (Artigo 40.º RFALE)	
		Contratado	Utilizado	Em 01.01.2023	Em 31.12.2023	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
Nome da instituição							
Caixa Geral de Depósitos	32 Habitações sociais	560 568,99	560 568,99	49 918,35	25 102,78	24 920,33	
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	1 055 910,00	1 055 910,00	96 968,36	0,00	0,00	
Caixa Geral de Depósitos	Zona Desportiva de Vila Meã - Estádio Municipal - Execução do Relvado Sintético incluindo Balneários	500 000,00	500 000,00	148 348,94	96 678,73	48 895,08	
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	4 530 618,00	4 530 618,00	2 265 309,00	1 812 247,20		377 551,50
Caixa Geral de Depósitos	Pavimentação do ex CM 1208 (atual EM 750) - Fridão	362 383,00	362 383,00	230 722,73	197 236,14		30 198,58
Caixa Geral de Depósitos	Repavimentação da EM 577 desde Bustelo à EN 15 - Bustelo	371 146,00	371 146,00	236 301,89	202 005,54		30 928,83
Caixa Geral de Depósitos	Aquisição de Terrenos	344 000,00	344 000,00	210 609,45	178 824,35		28 666,67
Caixa Geral de Depósitos	Arranjo Jardim Baden-Powell	141 500,00	141 500,00	90 090,47	77 014,93		11 791,67
Caixa Geral de Depósitos	Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais	400 000,00	400 000,00	244 788,13	207 605,31		33 333,33
Caixa Geral de Depósitos	Repavimentação da EM575 desde o entroncamento da EM769 até à Ponte s/ o Rio Marão (Ansiães)	96 376,00	96 376,00	59 004,91	50 099,92		8 031,33
Caixa Geral de Depósitos	Requalificação da EN que liga Lamas a Belesse - Gouveia (S. Simão)	111 811,00	111 811,00	68 454,75	58 123,58		9 317,58
Caixa Geral de Depósitos	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã	1 500 000,00	227 633,00	0,00	0,00		11 381,65
Banco BPI	Pavimentação da Estrada Municipal 567, entre a Estrada Nacional 312 e o Largo de Pidre	339 963,00	339 963,00	203 977,88	169 981,60		28 330,25
Banco BPI	Parque Linear Arq Sidónio Pardal	70 503,00	70 503,00	44 064,50	37 014,18		5 875,25
Banco BPI	Aquisição de terrenos e/ou outros imóveis	1 128 210,00	1 096 260,00	1 096 260,00	1 096 260,00		54 813,00
Banco BPI	Intervenções estruturais de desobstrução e reabilitação fluvial e contenção de cheias	797 953,29	797 953,29	571 060,39	781 500,40		39 897,66
Banco BPI	Construção do Pavilhão Amadeo de Souza-Cardoso	987 920,00	987 920,00	919 631,26	864 999,70		49 396,00
Banco BPI	Aquisição do Património Imóvel das "Minas de Vieiros"	79 810,00	79 810,00	78 701,37	74 267,49		3 990,50
Banco BPI	Vários Investimentos	4 396 950,00	3 968 430,93	3 800 527,91	3 863 472,39		198 421,55
Banco BPI	Vários Investimentos	4 600 000,00	3 568 188,46	3 432 683,80	3 520 488,46		178 409,42
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 1	1 135 945,80	1 135 945,80	1 024 354,31	978 168,61		56 797,29
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 2	1 022 722,80	1 022 722,80	922 253,85	880 671,65		51 136,14
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 3	165 996,35	165 996,35	155 857,88	149 095,13		8 299,82
Banco Santander Totta	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BEI	803 250,41	798 936,32	798 936,32	766 159,52		39 946,82
Banco Santander Totta	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BST	923 835,56	918 873,86	918 873,86	881 176,50		45 943,69
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BST	1 439 676,16	883 212,62	883 212,62	837 919,72		44 160,63
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BEI	437 202,80	268 215,20	268 215,20	254 460,60		13 410,76
		28 304 252,16	24 804 877,62	18 819 128,13	18 060 574,43	73 815,41	1 360 029,93
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/FEI/CPN	814 557,28	499 714,65	499 714,65	474 088,35		24 985,73
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação do Bairro Cancela de Abreu - Eficiência Energética	787 246,79	262 415,60	242 229,78	224 861,73		17 494,37
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação da Casa da Cadeia	46 733,86	46 733,86	43 138,94	39 964,26		3 115,59
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Escola Básica de Figueiró	469 438,31	312 958,88	288 885,12	268 171,85		20 863,93
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Escola Básica de Mancelos	511 549,16	341 032,78	314 799,48	292 228,13		22 735,52
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Reabilitação do Solar de Magalhães	1 142 748,15	380 916,05	380 916,05	356 069,79		25 394,40
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Mobilidade Urbana Sustentável - Amarante	1 496 218,21	498 739,40	498 739,40	466 207,80		33 249,29
ADC - Agência p/ o Desenvolvemento	Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados em Amarante	734 333,54	244 777,85	244 777,85	237 204,31		16 318,52
		6 002 825,30	2 587 289,07	2 513 201,27	2 358 796,22	0,00	164 157,36
		34 307 077,46	27 392 166,69	21 332 329,40	20 419 370,65	73 815,41	1 524 187,29
				Amortizações Médias Totais		1 598 002,70	



4. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão, conforme o disposto na NCP 27, é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo de custos, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

O Município de Amarante tem vindo a desenvolver os trabalhos necessários à integral implementação da contabilidade de gestão, com a noção de que nesta fase há ainda necessidade de aperfeiçoar muito o sistema, de consolidar e transitar de uma contabilidade meramente de custos para uma contabilidade mais abrangente, designadamente transpondo para um sistema de contabilidade de gestão, é o grande objetivo.

Atendendo ao descrito anteriormente, apresentam-se de seguida os elementos disponíveis relativos à contabilidade de gestão.

No quadro seguinte apresentam-se o total de gastos diretos e indiretos do exercício:

Quadro 32 – Contas analíticas de gastos

Código	Designação	DÉBITO	CRÉDITO
90	CONTAS REFLETIDAS		43 743 439,82
90.60	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		5 299 105,44
90.61	CMVMC		1 274 491,32
90.62	FSE		12 505 963,40
90.63	GASTOS COM PESSOAL		16 095 712,98
90.64	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		7 049 121,88
90.65	PERDAS POR IMPARIDADE		56 952,25
90.67	PROVISÕES		383 256,51
90.68	OUTROS GASTOS		583 267,68
90.69	GASTOS POR JUROS E OUTROS ENCARGOS		865 844,33
92/93	RECLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS/ATIVIDADES	44 113 715,79	
TOTAL DE GASTOS DIRETOS E INDIRETOS		44 113 715,79	44 113 715,79



A reclassificação dos gastos do período assenta numa classificação funcional dos gastos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP e é traduzida pelo quadro seguinte:

Quadro 33 – Classificação funcional dos gastos

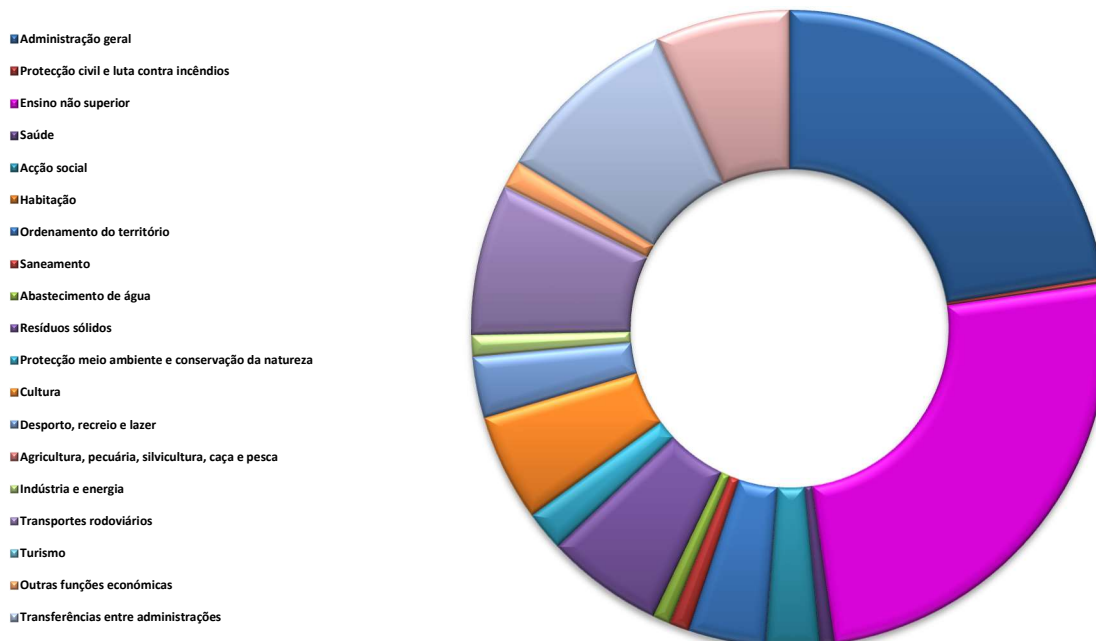
Código	Designação	Gastos Diretos e Indiretos a Bens e Serviços
1.	Funções Gerais	10 023 786
1.1.1.	Administração geral	9 902 282
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	121 504
2.	Funções Sociais	22 432 514
2.1.1.	Ensino não superior	11 027 693
2.2.0.	Saúde	332 685
2.3.2.	Ação social	1 198 451
2.4.1.	Habituação	3 837
2.4.2.	Ordenamento do território	1 737 456
2.4.3.	Saneamento	444 634
2.4.4.	Abastecimento de água	401 655
2.4.5.	Resíduos sólidos	2 617 643
2.4.6.	Proteção meio ambiente e conservação da natureza	893 688
2.5.1.	Cultura	2 406 613
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1 368 157
3.	Funções Económicas	4 482 556
3.1.0.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	11 816
3.2.0.	Indústria e energia	475 596
3.3.1.	Transportes rodoviários	3 375 941
3.4.2.	Turismo	11 887
3.5.0.	Outras funções económicas	607 315
4.	Outras Funções	7 174 860
4.2.0.	Transferências entre administrações	4 155 544
4.3.0.	Diversas não especificadas	3 019 316
Total de gastos diretos e indiretos por funções		44 113 716

O quadro anterior traduz os gastos por funções, em resultados das funções no domínio das atribuições da autarquia.



A representação gráfica dos custos por funções constantes do quadro anterior, é a que se segue.

Gráfico 7 - Classificação funcional dos gastos



No quadro seguinte apresenta-se o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições

Quadro 34 – Classificação dos gastos por grandes áreas funcional

Código	Designação	Gastos Diretos e Indiretos a Bens e Serviços	Peso Relativo %
1.	Funções Gerais	10 023 786	22,7%
2.	Funções Sociais	22 432 514	50,9%
3.	Funções Económicas	4 482 556	10,2%
4.	Outras Funções	7 174 860	16,3%
Total de gastos diretos e indiretos por funções		44 113 716	100,0%

Verifica-se que as funções sociais apresentam o maior peso relativo no total dos custos diretos e indiretos, com 50,9%, enquanto as funções gerais representam 22,7%, as outras funções 16,3% e as funções económicas 10,2%.

Conforme referido, o Município de Amarante encontra-se ainda em fase de implementação do sistema, sendo possível já em 2023 a obtenção de informação do total dos gastos diretos e indiretos por funções, assim como, utiliza as aplicações informáticas na gestão de gastos por atividades, através da elaboração de fichas de atividade, com imputação de custos diretos às mesmas.



5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO E APLICAÇÃO DE RESULTADOS E PONTO 4.1 DA INSTRUÇÃO N.º1/2019 DO TdC

O Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e respetivas Normas de Contabilidade Pública e com as instruções do Tribunal de Contas, retratando de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística Município de Amarante.

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 se apurou um resultado líquido do exercício positivo, no montante de 827.817,88 €, propõe-se:

- que seja aprovado o Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas;
- que o resultado líquido do exercício seja aplicado 95% em resultados transitados (786.426,99€) e 5% em reservas legais (41.390,89€)

Estabelece o 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas que:

“4.1 — Ata — A ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis, nomeadamente os seguintes:

Total do ativo, património líquido/capital próprio/fundo social e passivo (Balanço);

Rendimentos e gastos (DR);

Resultado líquido;

Recebimentos e pagamentos (DFC);

Desempenho orçamental (recebimentos e pagamentos) (DDO);

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria).”

Assim, apresenta-se de seguida informação nestes termos, em conformidade com a constante dos documentos de prestação de contas:

Balanço

Total do ativo: 167.349.282,69€

Total património líquido/capital próprio/fundo social: 139.191.311,12€

Total passivo: 28.157.971,57€

Demonstração de Resultados (DR)

Total de Rendimentos: 44.540.859,88€

Total de Gastos: 43.713.042,00€



Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

Total de Recebimentos: 44.232.611,35 €

Total de Pagamentos: 46.324.996,29 €

Desempenho orçamental (DDO)

Total de Recebimentos: 44.232.611,35 €

Total de Pagamentos: 46.324.996,29 €

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental

Saldo inicial de operações orçamentais: 5.740.115,92 €

Saldo final de operações orçamentais: 3.647.730,98 €

Saldo inicial de operações de tesouraria: 2.255.556,31 €

Saldo final de operações de tesouraria: 2.154.830,15 €



CAPITULO III – REPORTING DE ATIVIDADES

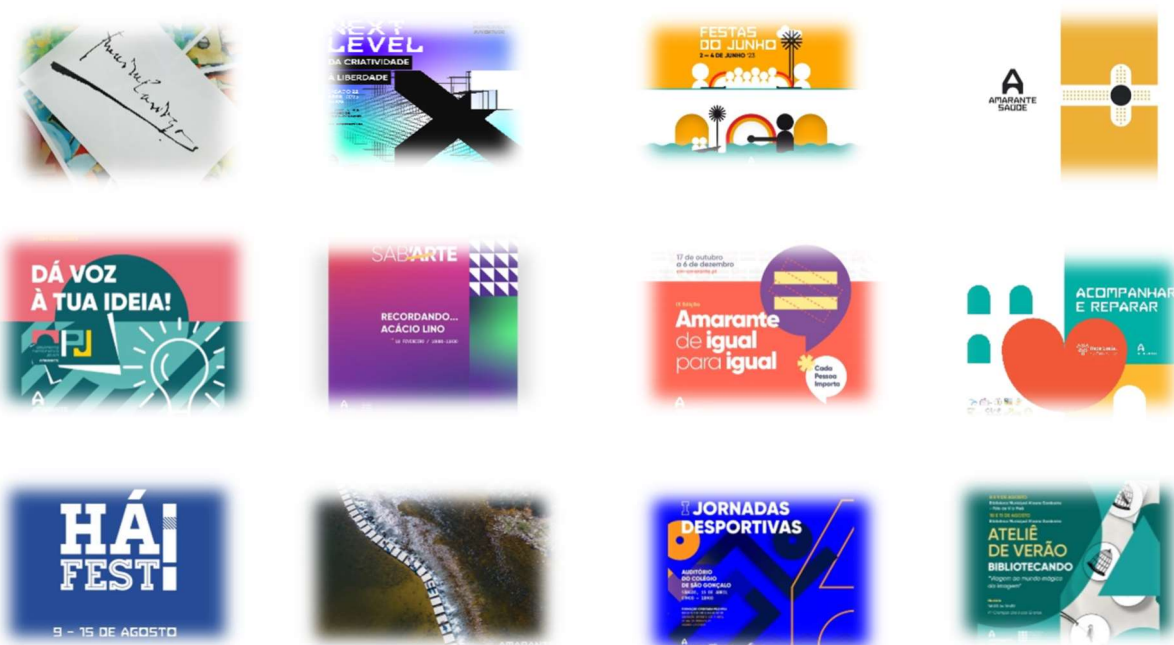
No ano de 2023 ainda se sentiram os efeitos da guerra na Ucrânia, ainda com alguma instabilidade e imprevisibilidade nomeadamente nos preços dos bens e serviços.

O exercício é também marcado pelo encerramento do quadro comunitário Portugal 2020, tendo o município desenvolvido as necessárias iniciativas para a conclusão das candidaturas que ainda se encontravam em execução.

Encerra o Portugal 2020 e o novo quadro de apoio comunitário Portugal 2030 ainda não registou avanços que permitissem o efetivo arranque de candidaturas a este instrumento de apoio financeiro, cenário que também se regista relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que embora se tenham formalizado candidaturas, nomeadamente no âmbito da implementação da Estratégia Local de Habitação, contudo, por atraso no programa ainda não se registou o efetivo arranque com a sua concretização.

Não obstante este quadro relativo aos instrumentos de financiamento da união europeia, o município continuou a desenvolver a sua estratégia definida no início do mandato e com determinação e responsabilidade continuou a desenvolver projetos e ações determinantes para o desenvolvimento e a competitividade do nosso território.

Em conformidade com o estabelecido na lei, ao longo de 2023 foi apresentada à Assembleia Municipal informação da atividade do município, que neste capítulo se resume.



DINAMIZAÇÃO E COESÃO SOCIAL



O Objetivo da Dinamização e Coesão Social absorveu 5% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.248.853 euros.

Em 2023 registou-se o início da concretização da transferência de competências nos domínios da ação social, continuando a alocar verbas ao apoio às famílias e instituições, assim como na área da habitação social e intervenção social e familiar.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Subsídio ao arrendamento
- Fundo Municipal de Emergência Social (FMES)
- Apoio Familiar: Tarifa Social e Familiar
- Dinamização da Rede Social
- Campo Interativo
- Estratégia Local de Habitação (ELH)
- Apoio às Instituições Sociais
- Medidas de apoio ao emprego
- Clube de férias de Amarante
- Dinamização da Universidade Sénior
- Campanha “Amarante de Igual para Igual”
- Programa “Igualdade, Cidadania”
- Projeto “Cuidar de Quem Cuida”, movimento cuidar dos cuidados informais
- “Idade do Ouro”
- Resposta de Apoio à Comunidade
- Projeto ‘TU (IN)PORTAS’, intervir e avaliar os riscos psicossociais
- Projeto “+Acesso para Todos – Por comunidades mais inclusivas”
- Dinamização do CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor
- Iniciativas do Dia Mundial do Consumidor e 8.º aniversário do CIAC
- Descentralização de competências no domínio da saúde

- Descentralização de competências no domínio da ação social
- Balcão da Inclusão de Amarante
- Projeto “Include_EU”
- Inauguração da Unidade de Saúde Familiar em Amarante

EDUCAÇÃO



O Objetivo da Educação absorveu 10% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 2.546.878 euros.

Neste domínio, desenvolveram-se as ações necessárias e adequadas à consolidação do processo de transferência de competências da administração central para a administração local, tendo-se ainda desenvolvido as seguintes ações

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Consolidação do processo de transferência de competências da administração central para a administração local, em matéria de educação
- Transportes escolares
- Fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar, ensino básico e do secundário
- Ação social escolar - Protocolos com entidades parceiras
- Projetos para edifícios escolares
- Apoio na aquisição de material escolar a alunos carenciados
- “Frutificar”, educação alimentar/Incentivo ao consumo de fruta
- Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE- Colaboração com a Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa- CIM)
- Conferência de Educação para discutir flexibilidade e autonomia curricular
- Projeto “Inglês no Pré-Escolar”
- Projeto “aprender Mandarim”
- “Escola a tempo inteiro”

COESÃO TERRITORIAL



O Objetivo da Coesão Territorial absorveu 22% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 5.596.407 euros.

Em 2023 continuou a desenvolver-se as necessárias iniciativas conducentes à consolidação do processo de exercício de competências, por parte do município, em matéria de Serviço Público de Transporte de Passageiros, visando proporcionar a todos os amarantinos serviços de mobilidade de qualidade.

Realçar também a execução de diversas intervenções de requalificação e pavimentação de arruamentos.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Acordos de Execução e Contratos de Cooperação com as Juntas de Freguesia
- Requalificação e pavimentação de diversos arruamentos
- Arranjos e reparações em vias municipais
- Sinalização vertical/horizontal
- Parque Multifuncional do Rossio
- Parque de Estacionamento das Bucas e respetivo viaduto de ligação
- Ampliação e/ou reforço da rede de iluminação pública no Concelho
- Apoio às Associações do Município em ações correntes e projetos de investimento
- Parcerias em projetos com as Associações de Municípios e Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa
- Serviço Público de Transporte de Passageiros (SPTP)

ECONOMIA, INOVAÇÃO E EMPREGO

Objetivo da Economia, Inovação e Emprego absorveu 1% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 232.864 euros.



Este domínio, de grande relevância na estratégia de desenvolvimento do concelho de Amarante, continuou em 2023 a registar o desenvolvimento de projetos e ações que se entendem determinantes para a afirmação do território.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Participação em iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional – Campanha “Viva a

economia local”

- Ações no âmbito da Economia, Inovação e Emprego
- Projetos de apoio ao sector Agroalimentar, nomeadamente o UVVA
- XVII Feira dos Doces Conventuais
- Projeto "Jovens Empreendedores"
- Amarante Tech Hub
- Amarante AgroTalks
- Projeto “LocalEUCharter”
- Comparticipação em projetos comunitários e internacionais

TURISMO



O Objetivo do Turismo absorveu 1% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 203.072 euros.

Em 2023 desenvolveram-se projetos e ações que continuam cada vez mais a potenciar os recursos endógenos do concelho e contribuem para a afirmação turística do concelho e consequentemente reforcem a competitividade e a economia.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programas/Atividades de dinamização e Promoção Turística
- PROVERE - Valorização do Cluster turístico das Serras do Marão e Aboboreira
- Certificação de Amarante como “Green Destinations Award”, certifica e promove destinos turísticos sustentáveis, a nível internacional
- Conferência para discutir o turismo sustentável no Dia Nacional da Sustentabilidade
- Atividades promocionais e imagem institucional do Município
- Criação e participação em projetos internacionais de turismo

CULTURA



O Objetivo da Cultura absorveu 13% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.234.100 euros.

No ano de 2023 regista-se a abertura do Cine-Teatro de Amarante, equipamento de grande qualidade que permite o desenvolvimento de programação cultural para públicos diversificados.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, conservação preventiva e restauro de Obras de Arte
- Aquisição de fundos documentais
- Apoio às Associações do Município em atividades correntes e de investimento
- Prémio Amadeo de Souza Cardoso
- Exposição "(A)Vós que nos unem"
- "O Teatro vai à Escola"
- Iniciativa "Sons no Museu"
- Exposição "'Isabel Meyrelles: Qual de nós os fantasmas'"
- Festas do junho
- Iniciativa SAB'Arte – "dedicado à vida e obra de Acácio Lino"
- "Diálogos com Agustina": uma curta-metragem, um roteiro literário, uma hora do conto e uma exposição em Amarante
- Exposição "'Este é lugar onde as árvores cantam" de António Faria
- Iniciativa SAB'Arte - "personalidades amarantinas"
- Ateliês de verão e de natal
- Iniciativa SAB'Arte – " apelo à criatividade de crianças e jovens "
- Iniciativa SAB'Arte – "convida crianças e jovens a criarem uma escultura"
- T'Amaranto – Festival de Teatro de Amarante
- Iniciativa SAB'Arte – "promove a natureza, a tradição e a cultura de Amarante"
- Ateliê de Páscoa "conhecerem a história dos azulejos"
- Exposição "Comer e Existir"



- Iniciativa SAB'Arte – “a tradição dos Diabos de Amarante”
- Iniciativa SAB'Arte – “fotografar as emoções a partir da obra de António Carneiro”
- Iniciativa SAB'Arte – “Gesto como motor criativo”
- Iniciativa SAB'Arte – “conhecer a história do barro negro, os bastidores do Cine-Teatro de Amarante e a praticar desenho cego”
- “Encontros com... Agustina”, na Biblioteca Municipal Albano Sardoeira
- Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso integra Rede Portuguesa de Arte Contemporânea
- “Mostra Bibliográfica e Documental – Agustina Bessa-Luís”, na Biblioteca Municipal Albano Sardoeira
- “A Gestação das Águas – Pintura e Desenho” de Agostinho Santos, na Biblioteca Municipal Albano Sardoeira
- “quarteto de cordas”, no Museu Amadeo de Souza-Cardoso
- Concertos da Orquestra do Norte
- Ações de dinamização da Biblioteca Municipal
- Realização de atividades culturais genéricas
- Definição Programática e Museográfica “MIMAR”
- Projeto “Fábrica das Artes”
- Recuperação do Solar dos Magalhães
- Abertura e programação do Cine-Teatro de Amarante
- Cine-Teatro de Amarante “concerto da Orquestra do Norte com a pianista Taïssa Poliakova Cunha”
- Cine-Teatro de Amarante “Dia Mundial da Música ao som da viola amarantina com Rui Fernandes Quarteto”
- Cine-Teatro de Amarante “peça de teatro para crianças e espetáculo de Fernando Mendes para toda a família”

JUVENTUDE E DESPORTO



O Objetivo da Juventude e Desporto absorveu 5% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.388.169 euros.

A estratégia municipal no domínio da Juventude e Desporto concretiza-se através da execução de projetos e ações, de entre estes, destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programa de apoio ao Voluntariado Jovem
- Programa “Pre’Ocupa-te”
- Orçamento participativo jovem
- Realização de iniciativas no âmbito da juventude
- Elaboração de estudos e projetos
- Empreitada do “Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã”
- Ações correntes no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas
- Apoio às associações do Município em ações correntes
- Apoio às associações do Município em investimentos
- Ampliações, reparações e requalificações em recintos desportivos
- “Alameda FEST”
- Realização do HÁ FEST! – Festival da Juventude de Amarante
- Apoio à realização do WRC Vodafone Rally de Portugal
- “Next Level – Conferência Municipal de Juventude” - Da Criatividade à Liberdade
- Jornadas Desportivas sobre “Desporto, Exercício Físico e Saúde”
- II edição do Park Sesh, no Skate Park de Amarante
- “Município Fundador do Programa Concelhos Ativos”
- Distinção a nível nacional com o “Selo Município Amigo da Juventude”

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E REABILITAÇÃO URBANA



O Objetivo do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana absorveu 7% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.760.840 euros.

Em 2023 a concretização das ações previstas no âmbito da candidatura “Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS)” continuaram a merecer particular relevância, pelos efeitos que induzirá na melhoria das condições de mobilidade urbana e de ordenamento do território.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS)
- Elaboração de estudos de mobilidade, circulação e tráfego
- Ações no âmbito do Plano de Urbanização Cidade de Amarante
- Intervenções de Regeneração urbana;
- Arranjos urbanísticos
- Aquisição de terrenos
- Disponibilização do serviço, BUPi – Balcão Único do Prédio
- Ações no âmbito do Cadastro Simplificado
- Requalificação/Inauguração da Avenida General Silveira

AMBIENTE



O Objetivo do Ambiente absorveu 12% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.152.308 euros.

Neste objetivo, continuou o esforço financeiro conducente ao reforço da sustentabilidade ambiental e da melhoria da qualidade urbana em benefício de todos os amarantinos e daqueles que nos visitam, importa destacar as Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR).

Registar também o constante investimento na aquisição de equipamentos destinados a respostas na área ambiental.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Tratamento dos resíduos sólidos domésticos
- Ações de limpeza urbana

- Limpeza e desmatações de arruamentos, passeios, muros, parques, taludes e zonas ribeirinhas
- Projetos no âmbito da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas
- Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR)
- Inauguração do Trilho dos Castanheiros e do Trilho das Azenhas
- Obras de construção/requalificação dos espaços verdes
- Execução da candidatura “Verde por Natureza 2.0”
- Serviços diversos relativos a animais do CRO, recolha e tratamento de animais
- Comemoração do Dia Internacional da Biodiversidade
- Amarante integra Missão de Adaptação às Alterações Climáticas

SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS



O Objetivo da Segurança e Ordem Públicas absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 494.470 euros.

Em linha com o registado em anos anteriores, continuou-se a alocar verbas destinadas à realização de ações no domínio da Segurança e Ordem Públicas.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Participação nas equipas de Intervenção Permanente
- Participações em ações correntes – Bombeiros
- Participações em investimentos e/ou infraestruturas
- Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais
- Diversas intervenções no âmbito da rede de faixas de gestão de combustíveis, realizadas pelas equipas de sapedores florestais
- Ações programadas no âmbito da silvicultura preventiva
- Ações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI)
- Ações no âmbito do serviço, BUPi – Balcão Único do Prédio

Governância da Câmara



O Objetivo da Governância da Câmara absorveu 22% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 5.581.506 euros.

O município continua a alocar importantes recursos à modernização e qualificação continua dos serviços, com o objetivo de prestar serviços de qualidade aos munícipes.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, instalação e manutenção de equipamento informático
- Realização de estudos e trabalhos de consultadoria
- Assistência técnica de equipamentos
- Formação e capacitação da CMA
- Encargos com instalações
- Aquisição de terrenos
- Requalificação de edifícios municipais
- Renovação da Frota Automóvel
- Iluminação Pública
- Encargos com energia, gás, combustíveis e seguros
- Projeto "Amarante Transformação Digital"

Quadro 35 - Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos

DESTINO	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira %	Peso relativo executado %	Peso relativo previsto %
Dinamização e Coesão Social	1 862 630,29	1 248 853,31	67,05%	4,91%	6,31%
Educação	2 737 175,00	2 546 878,45	93,05%	10,01%	9,28%
Coesão Territorial	6 136 820,00	5 596 407,25	91,19%	22,00%	20,80%
Economia, Inovação e Emprego	375 576,00	232 864,39	62,00%	0,92%	1,27%
Turismo	238 125,00	203 072,63	85,28%	0,80%	0,81%
Cultura	3 601 457,00	3 234 099,77	89,80%	12,71%	12,21%
Juventude e Desporto	1 758 001,00	1 388 169,36	78,96%	5,46%	5,96%
Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana	2 402 966,00	1 760 840,39	73,28%	6,92%	8,14%
Ambiente	3 368 725,92	3 152 308,03	93,58%	12,39%	11,42%
Segurança e Ordem Públicas	535 990,00	494 470,09	92,25%	1,94%	1,82%
Governância da Câmara	6 486 922,00	5 581 506,59	86,04%	21,94%	21,99%
TOTAL	29 504 388,21	25 439 470,26	86,22%	100,00%	100,00%



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A economia portuguesa estagnou nos trimestres recentes e as perspetivas a curto prazo são incertas, predominando os riscos em baixa.

A fraqueza da atividade reflete o impacto da subida da taxa de inflação, das taxas de juro e o abrandamento da procura externa, a par da dissipação do impulso associado à retoma pós-pandémica do turismo e à recuperação do choque sobre os termos de troca.

As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas, no entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave.

Após o termo do exercício não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Em 2024, com os níveis elevados das taxas de inflação e taxas de juro que ainda se verificam, se necessário serão implementadas as medidas de ajustamento necessárias em função do evoluir da situação.



**DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS**



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
N.º	DESIGNAÇÃO	Documento TC
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
1	Balanço	A1
2	Demonstração de resultados por natureza	A1
3	Demonstração das alterações no património líquido	A1
4	Demonstração de fluxos de caixa	A1
5	Anexo às demonstrações Financeiras	A1
	Q0 - Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP	A4
	Q1 - Desagregação de caixa e depósitos	A1
	Q3.1 - Ativos intangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q3.2 - Quantia escriturada e variações do período	A1
	Q3.2A - Ativos intangíveis - Adições	A1
	Q4. - Acordos de concessão de serviços	A1
	Q5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q5.2 - Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período	A1
	Q5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições	A1
	Q5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições	A1
	Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários	A1
	Q8.1 - Propriedades de investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q8.2 - Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período (modelo do custo)	A1
	Q10.1 - Inventários	A1
	Q10.2 - Inventários - movimentos do período	A1
	Q13 - Rendimentos com contraprestação	A1
	Q14 - Rendimentos sem contraprestação	A1
	Q15 - Provisões	A1
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS		
1	Demonstração do desempenho orçamental	A1
2	Demonstração de execução orçamental da receita	A1
3	Demonstração de execução orçamental da despesa	A1
4	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	A1
5	Anexo às demonstrações orçamentais	
5.1	Alterações orçamentais da receita	A1
5.2	Alterações orçamentais da despesa	A1
5.3	Alterações ao plano plurianual de investimentos	A1
5.4	Operações de tesouraria	A1
5.5	Contratação administrativa – Situação dos contratos	A1
5.6	Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento	A1
5.7	Transferências e subsídios concedidos	A1
5.8	Transferências e subsídios recebidos	A1
	Certificação legal de contas	A1
OUTROS DOCUMENTOS		
	Declaração de compromissos plurianuais	-



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras apresentadas no presente relatório referem-se ao exercício de 2023, de 01.01.2023 a 31.12.2023, cuja preparação foi realizada em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na sua versão atualizada, e aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Demonstração das alterações no património líquido
4. Demonstração dos fluxos de caixa
5. Anexo às demonstrações financeiras



1 BALANÇO

BALANÇO

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Período: 2023/01/01 - 2023/12/31

Unidade Monetária: euro

Rubricas	Notas	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	148 678 941,45	142 115 701,43
Propriedades de investimento	8	163 139,86	106 527,82
Ativos intangíveis	3	404 136,38	527 520,27
Participações financeiras	18	4 830 522,01	4 950 253,82
Clientes, contribuintes e utentes			507,40
		154 076 739,70	147 700 510,74
Ativo corrente			
Inventários	10	25 970,51	38 271,70
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		189 339,20	39 772,82
Estado e outros entes públicos		63 033,12	30 498,27
Outras contas a receber		6 488 481,75	6 119 122,75
Diferimentos		703 157,28	142 049,53
Caixa e depósitos	1	5 802 561,13	7 995 672,23
		13 272 542,99	14 365 387,30
Total Ativo		167 349 282,69	162 065 898,04
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	89 221 778,43	89 218 446,67
Reservas	18	2 751 609,00	2 751 609,00
Resultados transitados	18	479 644,46	-127 298,97
Ajustamentos em ativos financeiros	18	641 372,44	710 116,68
Outras variações no património líquido	18	45 269 088,91	31 893 191,73
Resultado líquido do período		827 817,88	1 188 257,14
Total Património Líquido		139 191 311,12	125 634 322,25
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	575 114,68	756 858,18
Financiamentos obtidos	6/7	18 841 050,88	20 427 808,91
Fornecedores de investimentos	18	249 699,99	499 399,99
Diferimentos		523 974,66	7 522 476,34
Outras contas a pagar		1 989 605,71	2 165 276,84
		22 179 445,92	31 371 820,26
Passivo corrente			
Fornecedores		317 932,20	146 858,86
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		83 470,40	83 470,40
Estado e outros entes públicos		344 292,63	321 819,99
Financiamentos obtidos	6/7	2 195 949,58	1 798 480,46
Fornecedores de investimentos	18	250 452,32	300 300,01
Outras contas a pagar		2 786 428,52	2 408 825,81
		5 978 525,65	5 059 755,53
Total Passivo		28 157 971,57	36 431 575,79
Total Património Líquido e Passivo		167 349 282,69	162 065 898,04

2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Período: 2023/01/01 - 2023/12/31

Unidade Monetária: euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	13	10 353 807,05	9 798 152,44
Vendas	13	65 956,59	65 239,37
Prestações de serviços e concessões	13	4 517 272,53	3 863 664,72
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	24 289 220,60	22 760 778,35
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13	14 315,96	20 225,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 274 491,32	-1 199 946,06
Fornecimentos e serviços externos		-12 505 963,40	-11 040 173,37
Gastos com pessoal		-16 095 712,98	-14 686 605,63
Transferências e subsídios concedidos		-5 299 105,44	-4 976 454,79
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-56 952,25	-137 115,85
Provisões (aumentos/reduções)	14	181 743,50	-104 308,02
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			-2 353,35
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13	5 094 845,24	3 946 153,26
Outros gastos		-565 850,40	-626 936,69
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		8 719 085,68	7 680 319,46
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-7 049 121,88	-6 302 171,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 669 963,80	1 378 147,73
Juros e rendimentos similares obtidos		23 698,41	23 283,06
Juros e gastos similares suportados		-865 844,33	-213 173,65
Resultado antes de impostos		827 817,88	1 188 257,14
Resultado líquido do período		827 817,88	1 188 257,14

3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

(MUNICÍPIO DE AMARANTE)

Período: 2023/01/01 - 2023/12/31

Unidade Monetária: euro

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	89 218 446,67		2 751 609,00			-127 298,97	710 116,68		31 893 191,73	1 188 257,14	125 634 322,25		125 634 322,25
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital										2 539 600,00		2 539 600,00		2 539 600,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		3 331,76					1 188 257,14	-68 744,24		10 836 297,18	-1 188 257,14	10 770 884,70		10 770 884,70
Correção de erros materiais							-581 313,71					-581 313,71		-581 313,71
	(2)	3 331,76					606 943,43	-68 744,24		13 375 897,18	-1 188 257,14	12 729 170,99		12 729 170,99
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										827 817,88	827 817,88		827 817,88
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)										-360 439,26	13 556 988,87		13 556 988,87
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
	(5)													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	89 221 778,43		2 751 609,00			479 644,46	641 372,44		45 269 088,91	827 817,88	139 191 311,12		139 191 311,12

4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: 2023/01/01 - 2023/12/31

Unidade Monetária: euro

Rubricas	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 458 855,94 €	4 171 878,58 €
Recebimentos de contribuintes		3 411 078,47 €	3 224 832,55 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		19 298 383,15 €	22 833 128,59 €
Recebimentos de utentes		1 620 530,28 €	1 403 743,34 €
Pagamentos a fornecedores		-12 286 213,57 €	-10 121 872,31 €
Pagamentos ao pessoal		-15 919 346,74 €	-14 503 953,38 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 643 228,16 €	-2 239 215,58 €
Caixa gerada pelas operações		-2 059 940,63 €	4 768 541,79 €
Outros recebimentos/pagamentos		6 908 835,81 €	6 343 431,84 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		4 848 895,18 €	11 111 973,63 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-5 730 942,83 €	-11 271 739,94 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-1 699 378,79 €	-3 946 600,89 €
Pagamentos - Propriedades de investimento		-300 300,01 €	-300 300,01 €
Pagamentos - Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		42 761,45 €	198 500,16 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		253 300,46 €	789 657,01 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 539 600,00 €	1 902 394,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-4 894 959,72 €	-12 628 089,67 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		530 300,58 €	2 904 472,55 €
Recebimentos - Financiamentos obtidos		31 784,44 €	20 286,79 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 900 593,76 €	-1 774 281,33 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-808 537,82 €	-197 809,53 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-2 147 046,56 €	952 668,48 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-2 193 111,10 €	-563 447,56 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		7 995 672,23 €	8 559 119,79 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		5 802 561,13 €	7 995 672,23 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		7 995 672,23 €	8 559 119,79 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		7 995 672,23 €	8 559 119,79 €
SGA De execução orçamental		5 740 115,92 €	6 668 939,73 €
SGA De operações de tesouraria		2 255 556,31 €	1 890 180,06 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 802 561,13 €	7 995 672,23 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		5 802 561,13 €	7 995 672,23 €
SGS De execução orçamental		3 647 730,98 €	5 740 115,92 €
SGS De operações de tesouraria		2 154 830,15 €	2 255 556,31 €

5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato. As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeira, não serão apresentadas.

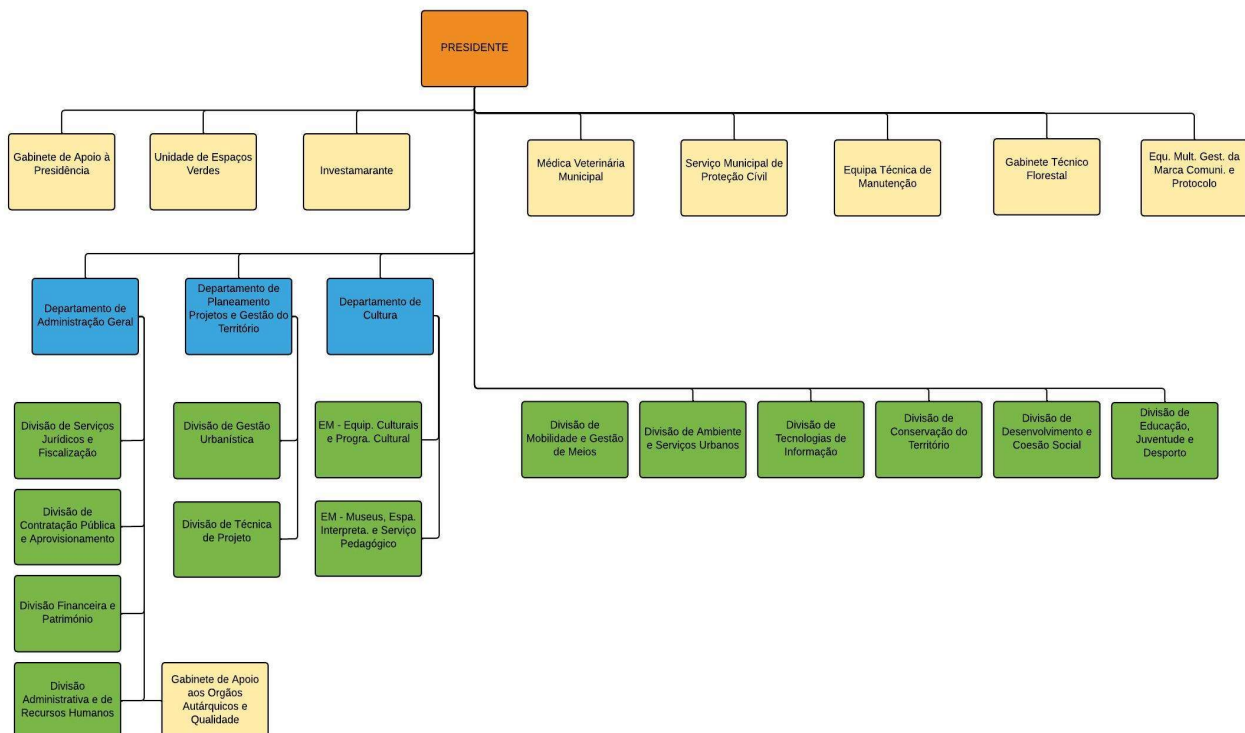
Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade e período de relato

- a. Designação: Município de Amarante
- b. Número de Contribuinte: 501 102 752
- c. Endereço postal: Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011 Amarante
- d. Período de relato: 01.01.2023 a 31.12.2023

1.1.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Município de Amarante em 31 de dezembro de 2023, é a constante do organograma seguinte:





1.1.2 Legislação

Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro

Regime Jurídico: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

1.1.3 Descrição Sumária das Atividades

Nos termos do art.º 23º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as atribuições dos municípios são:

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2. Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação, ensino e formação profissional;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- l) Ambiente e saneamento básico
- m) Defesa do Consumidor
- n) Promoção do desenvolvimento
- o) Ordenamento do território e urbanismo
- p) Polícia Municipal
- q) Cooperação externa



1.1.4 Recursos humanos

a. Identificação dos responsáveis

Responsáveis pela gerência do exercício findo de 2023, de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

Nome	Período de responsabilidade
José Luís Gaspar Jorge	01-01-2023 a 31-12-2023
António Jorge Vieira Ricardo	01-01-2023 a 31-12-2023
Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista	01-01-2023 a 31-12-2023
Adriano Teixeira Alves dos Santos	01-01-2023 a 31-12-2023
Ana Cristina Torres Varejão dos Reis	01-01-2023 a 31-12-2023
Hugo Miguel Costa Carvalho	01-01-2023 a 31-12-2023
Carlos Gonçalo Teixeira Pereira	01-01-2023 a 31-12-2023
Sílvia Isabel Brochado Araújo	01-01-2023 a 31-12-2023
Carlos Manuel Azevedo Pereira	01-01-2023 a 31-12-2023
Manuel Alexandre Machado Oliveira	06-01-2023, 06-02-2023, 20-02-2023, 06-03-2023, 03-04-2023, 17-04-2023, 29-05-2023, 05-06-2023, 26-06-2023, 03-07-2023, 17-07-2023, 04-09-2023, 02-10-2023, 20-11-2023, 30-11-2023
Olívia da Conceição Andrade de Carvalho	03-04-2023, 26-06-2023, 03-07-2023, 07-08- 2023, 18-10-2023, 07-11-2023
Sílvia Mariana Magalhães Guedes	07-08-2023

b. Identificação relativa a pessoal

A 31 de dezembro de 2023 o quadro de pessoal do Município integrava 789 trabalhadores-

1.2 Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

a. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte:

- i. Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor;
- ii. Sistema de Normalização Contabilística;
- iii. Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- iv. Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Foram ainda aplicados os requisitos das NCP e de relato financeiro relevantes para a entidade.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação, ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente anexo.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, e que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.

b. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Conforme referido em a), as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2023 foram elaboradas em conformidade com o SNC-AP.

Considerando que o município aplica o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020, nas demonstrações financeiras de 2023 a comparabilidade está assegurada.

e. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Q1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2023		2022	
Caixa		1 018,83		417,82
Depósitos à ordem		3 646 712,15		5 739 698,10
Depósitos bancários à ordem	3 646 712,15		5 739 698,10	
Outros depósitos		2 154 830,15		2 255 556,31
Depósitos consignados	165 224,44		90 279,47	
Depósitos de garantias e cauções	1 989 605,71		2 165 276,84	
Total		5 802 561,13		7 995 672,23

Os saldos de caixa e seus equivalentes são constituídos por saldos de gerência.

O valor apresentado em depósitos de garantias e cauções respeita a valores retidos no âmbito de procedimentos concursais para garantia da boa execução dos contratos.



Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

O balanço e a demonstração de resultados de 2023 foram preparadas de acordo com o SNC-AP assim como a informação relativa ao ano anterior, garantindo-se desta forma a comparabilidade das demonstrações financeiras.

2.1 Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.



Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Amarante continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das mesmas.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 04 de abril de 2024, os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

a. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta ou pelo método das quotas degressivas, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

b. Propriedades de investimento

São contabilizados como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis,



intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo. O órgão executivo considera que o justo valor das propriedades de investimento corresponde ao seu valor líquido contabilístico.

c. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

d. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros foram mensurados, atendendo ao previsto na NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos.

Nesta componente do ativo, registe-se que se passou a utilizar o método de equivalência patrimonial relativamente à entidade Instituto Empresarial do Tâmega, tendo-se procedido ao devido ajustamento do critério de mensuração, ao novo referencial contabilístico.

Os restantes investimentos financeiros relevados no balanço encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidades.

O Município detém ainda participações em entidades não societárias, cuja participação não se encontra revelada no balanço, dado não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos no SNC-AP.

e. Acordos de concessão de serviços: Concedente

De acordo com a “NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” os acordos de concessão de serviços devem ser reconhecidos quando o Município de Amarante controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Até à presente data o Município não obteve as informações necessárias e suficientes junto das Entidades



Concessionárias, para concluir a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma Contabilística Pública 4 – Acordos de Concessão, que permita o seu registo contabilístico.

f. Imparidades de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

g. Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O sistema de inventário adotado é o permanente, estando mensurado ao custo médio ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

h. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

i. Instrumentos financeiros

i. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outras contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe



evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, por regra, seis meses após a data de vencimento.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, dado o valor nominal não diferir significativamente do custo amortizado, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

v. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

j. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário



para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município de Amarante não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k. Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l. Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber, Outras contas a pagar ou Diferimentos”.

m. Rendimentos

As matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, são abordadas tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

n. Transferências e subsídios obtidos

A dotação do OE atribuída anualmente ao município ao abrigo da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro



das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI), cuja transferência ocorre mensalmente, sendo o respetivo rendimento também reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se cumprirão as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimento do próprio período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

o. Acontecimentos após a data de relato

Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data de relato (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de relato que sejam indicativos de condições que surgiram após a data de relato (acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

p. Erros materiais de períodos anteriores

No período foi efetuado o desreconhecimento de um ativo fixo tangível demolido em anos anteriores, no montante líquido de € 581.313,71, contabilizado a débito na conta “562 – Resultados transitados – Regularizações”.

2.1 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram



posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos correntes;
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- d) Estimativa de fornecimentos e serviços externos;
- e) Outros gastos com pessoal;
- f) Especialização de exercícios;
- g) Provisões.



Nota 3 - Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

a. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

A quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, no início e no final do período de 2023, foi a seguinte:

Q3.1 – Ativos intangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	1 816 600,19	1 684 844,86		131 755,33	1 922 380,19	1 778 455,45		143 924,74
Programas de computador e sistemas de informação	1 124 798,49	852 323,83		272 474,66	1 132 344,54	975 467,66		156 876,88
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	123 290,28			123 290,28	103 334,76			103 334,76
TOTAL	3 064 688,96	2 537 168,69		527 520,27	3 158 059,49	2 753 923,11		404 136,38

b. Quantia escriturada e variações do período

A quantia escriturada, no início e no final do período de 2023, foi a seguinte:

Q3.2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Diferenças cambiais (8)	Amortizações por período (9)	Diminuições (10)	
Ativos Intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	131 755,33		105 780,00					-93 610,59		143 924,74
Programas de computador e sistemas de informação	272 474,66	7 546,05						-123 143,83		156 876,88
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	123 290,28	185 943,43	-171 458,95						-34 440,00	103 334,76
TOTAL	527 520,27	193 489,48	-65 678,95					-216 754,42	-34 440,00	404 136,38



i. Ativos intangíveis | Adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixo intangíveis:

Q3.2A - Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições									
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado/perdido a favor do	Dação em pagamento (7)	Locação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	Total (11)=(2)+(3)+(4)+ (5)+(6)+(7)+(8)+ (9)+(10)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										0,00
Programas de computador e sistemas de informação		7 546,05								7 546,05
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		185 943,43								185 943,43
TOTAL		193 489,48								193 489,48

ii. Ativos intangíveis | Diminuições

Durante o período de relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixo intangíveis:

Q3.2B - Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6)=(2)+(3)+(4)+(5)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso				-34 440,00	-34 440,00
TOTAL				-34 440,00	-34 440,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Q4. - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.		20A				
Exploração em regime de parceria de sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais	Águas do Norte, SA		30A				

Apesar de solicitados, não foram recebidos oportunamente elementos das concessionárias que permitissem operar quaisquer movimentos contabilísticos, divulgando-se o seguinte:

Os ativos da concessão com a E-Redes são ativos de concessão de serviços enquadrados na NCP 4 do SNC-AP.

Não obstante, a falta de detalhe da informação disponibilizada pela Concessionária, designadamente a identificação dos ativos que integram a concessão, não permite proceder ao seu registo na contabilidade do Município.

A estrutura conceptual do SNC-AP define as características qualitativas às quais o relato financeiro deve obedecer, entre as quais a verificabilidade.

Define o §66 da Estrutura Conceptual que a verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos utilizadores que a informação incluída no relato financeiro representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar. Esta característica implica que observadores independentes e conhecedores podem chegar a um consenso, embora nem sempre estejam de acordo, que:

- A informação representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar sem erros materiais ou influências; ou
- Foi aplicado um método de reconhecimento, mensuração ou apresentação sem erros materiais ou influências.

Acrescenta o §67 que a verificação pode ser direta ou indireta. Pela verificação direta, uma quantia ou outra representação é verificável por si mesma, por exemplo, fazendo uma contagem de caixa, observando os títulos cotados e as suas cotações, ou confirmando que os fatores identificados como influenciadores do desempenho de um serviço passado estavam presentes e operaram com o efeito identificado. Pela verificação indireta, uma quantia ou outra representação é verificável analisando os dados de base e recalculando os resultados usando a mesma metodologia. Um exemplo é a verificação da quantia escriturada de inventários analisando os dados de base (quantidades e preços) e recalculando a existência final usando o mesmo pressuposto do fluxo do custo (custo médio ponderado ou outro).

Desta forma, porque não é possível verificar a existência dos aludidos ativos dado o nível de agregação da informação remetida pela E-Redes, não foram reconhecidos os aludidos bens como ativos de concessão de serviços optando-se pela divulgação do quadro resumo no presente anexo:



	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	22.512.333,11	-14.335.552,02	8.176.781,09
Chegadas aéreas	1.651.554,14	-1.306.415,74	345.138,40
Chegadas subterrâneas	2.254.877,35	-1.402.202,56	852.674,79
Contadores e acessórios	2.481.692,44	-2.359.341,84	122.350,60
Contadores	1.594.535,30	-1.572.181,55	22.353,75
Outro equipamento	887.157,14	-787.160,29	99.996,85
Eq. Telegestão Energia EDP Box	910.638,15	-347.612,56	563.025,59
Iluminação pública	1.423.286,46	-836.027,44	587.259,02
Postos Transformação e Seccionamento	4.532.793,83	-2.679.647,53	1.853.146,30
Redes aéreas	6.855.526,36	-3.774.146,67	3.081.379,69
Redes subterrâneas	2.401.964,38	-1.630.157,68	771.806,70
Subsídios ao investimento	-9.898.257,81	7.193.951,23	-2.704.306,58
Chegadas aéreas	-1.361.478,19	1.081.920,96	-279.557,23
Chegadas subterrâneas	-2.080.285,90	1.309.734,68	-770.551,22
Contadores e acessórios	-57.406,32	56.453,06	-953,26
Contadores	-56.371,02	56.240,37	-130,65
Outro equipamento	-1.035,30	212,69	-822,61
Eq. Telegestão Energia EDP Box	-1.311,20	272,96	-1.038,24
Iluminação pública	-761.192,71	540.230,28	-220.962,43
Postos Transformação e Seccionamento	-1.251.181,75	967.567,00	-283.614,75
Redes aéreas	-2.691.309,90	1.950.716,97	-740.592,93
Redes subterrâneas	-1.694.091,84	1.287.055,32	-407.036,52
Total	12.614.075,30	-7.141.600,79	5.472.474,51

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e a partir do momento em que os ativos fixos tangíveis se encontrem disponíveis para utilização, os mesmos serão depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

a. Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Q5.1 – Ativos fixos tangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2 152 156,71			2 152 156,71	2 446 932,08			2 446 932,08
Edifícios e outras construções	11 077 625,82	3 903 559,77		7 174 066,05	11 623 140,20	4 375 818,45		7 247 321,75
Infraestruturas	68 879 659,71	41 342 571,24		27 537 088,47	74 890 875,05	44 941 786,47		29 949 088,58
Património histórico, artístico e cultural	1 094 054,50			1 094 054,50	1 191 199,50			1 191 199,50
Outros								
Bens de domínio público em curso	2 559 470,60			2 559 470,60	519 499,32			519 499,32
	85 762 967,34	45 246 131,01		40 516 836,33	90 671 646,15	49 317 604,92		41 354 041,23
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	18 931 900,09	12 943,81		18 918 956,28	19 889 119,89	12 943,81		19 876 176,08
Edifícios e outras construções	85 315 641,91	25 440 234,68		59 875 407,23	106 180 816,36	27 072 923,33		79 107 893,03
Equipamento básico	7 193 307,05	6 121 785,85		1 071 521,20	8 246 904,82	6 481 446,52		1 765 458,30
Equipamento de transporte	4 959 724,18	3 250 878,68		1 708 845,50	4 817 460,69	3 424 816,34		1 392 644,35
Equipamento administrativo	1 758 655,48	1 432 969,61		325 685,87	1 795 631,32	1 557 093,17		238 538,15
Equipamentos biológicos								
Outros	1 938 154,14	1 568 441,80		369 712,34	2 503 350,16	1 690 080,93		813 269,23
Ativos fixos tangíveis em curso	19 328 736,68			19 328 736,68	4 130 921,08			4 130 921,08
	139 426 119,53	37 827 254,43		101 598 865,10	147 564 204,32	40 239 304,10		107 324 900,22
TOTAL	225 189 086,87	83 073 385,44		142 115 701,43	238 235 850,47	89 556 909,02		148 678 941,45



b. Quantia escriturada e variações do período

Q5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+ (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferença s cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	2 152 156,71	294 775,37								2 446 932,08
Edifícios e outras construções	7 174 066,05	59 209,65	486 304,73				-472 258,68			7 247 321,75
Infraestruturas	27 537 088,47	336 942,98	5 674 272,36				-3 599 215,23			29 949 088,58
Património histórico, artístico e cultural	1 094 054,50	97 145,00								1 191 199,50
Outros										
Bens de domínio público em curso	2 559 470,60	988 235,60	-3 017 597,84						-10 609,04	519 499,32
	40 516 836,33	1 776 308,60	3 142 979,25				-4 071 473,91		-10 609,04	41 354 041,23
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	18 918 956,28	957 219,80								19 876 176,08
Edifícios e outras construções	59 875 407,23	5 616 625,66	16 003 842,22				-1 808 753,11		-579 228,97	79 107 893,03
Equipamento básico	1 071 521,20	504 154,50	549 443,27				-359 660,67			1 765 458,30
Equipamento de transporte	1 708 845,50	23 972,16					-340 173,31			1 392 644,35
Equipamento administrativo	325 685,87	35 001,93	2 715,34				-124 825,09		-39,90	238 538,15
Equipamentos biológicos										
Outros	369 712,34	118 310,46	448 609,10				-123 345,71		-16,96	813 269,23
Ativos fixos tangíveis em curso	19 328 736,68	5 051 374,33	-20 082 533,73						-166 656,20	4 130 921,08
	101 598 865,10	12 306 658,84	-3 077 923,80				-2 756 757,89		-745 942,03	107 324 900,22
TOTAL	142 115 701,43	14 082 967,44	65 055,45				-6 828 231,80		-756 551,07	148 678 941,45

Face a limitações do programa informático do património não nos é possível identificar com o devido rigor os ativos fixos em concessão relevados no balanço e a desagregação adequada das transferências internas à entidade.

De referir também que os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras não incluem os resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos anteriores a 2003 por não ter sido possível ainda terminar o respetivo trabalho de inventariação.



i. Ativos fixos tangíveis | Adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixo tangíveis:

Q5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições										Total (12)=(2)+(3)+(4) +(5)+(6)+(7)+(8) +(9)+(10)+(11)	
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais		5 700,00									289 075,37	294 775,37
Edifícios e outras construções		59 209,65										59 209,65
Infraestruturas		336 942,98										336 942,98
Patrimônio histórico, artístico e cultural		68 450,00				28 695,00						97 145,00
Outros												
Bens de domínio público em curso		988 235,60										988 235,60
		1 458 538,23				28 695,00					289 075,37	1 776 308,60
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas												
Patrimônio histórico, artístico e cultural												
Ativos fixos em concessão em curso												
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais		-976 580,62				1 217 349,29					716 451,13	957 219,80
Edifícios e outras construções						5 371 549,01					245 076,65	5 616 625,66
Equipamento básico		504 154,50										504 154,50
Equipamento de transporte		23 972,16										23 972,16
Equipamento administrativo		34 652,03				349,90						35 001,93
Equipamentos biológicos												
Outros		79 066,20				39 244,26						118 310,46
Ativos fixos tangíveis em curso		5 051 374,33										5 051 374,33
		4 716 638,60				6 628 492,46					961 527,78	12 306 658,84
TOTAL		6 175 176,83				6 657 187,46					1 250 603,15	14 082 967,44



ii. Ativos fixos tangíveis | Diminuições

No período de relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixos tangíveis:

Q5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições					Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso					-10 609,04	-10 609,04
					-10 609,04	-10 609,04
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções					-579 228,97	-579 228,97
Equipamento básico						0,00
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo					-39,90	-39,90
Equipamentos biológicos						
Outros					-16,96	-16,96
Ativos fixos tangíveis em curso					-166 656,20	-166 656,20
					-745 942,03	-745 942,03
TOTAL	0,00				-756 551,07	-756 551,07

Nota 6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário são classificados como locações operacionais

a. Locações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, o Município de Amarante mantém os seguintes bens em regime de locação financeira, como locatária:

LOCADOR		Início da locação*	Reconhecimento inicial da locação			Pagamentos da locação						Passivo remanescente		Valor líquido do ativo locado no final de N	
Designação	NIPC		Começo do prazo da locação**	Passivo	Ativo	Encargos financeiros			Redução do passivo pendente			Rendas contingentes	No início de N		No final de N
						Até N	Em N	Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N				
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	201 597,00	201 597,00	1 307,72	3 071,45	1 450,00	85 993,60	48 562,64	67 040,76		115 603,40	67 040,76	117 598,20
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	165 927,00	165 927,00	1 076,34	2 528,00	1 193,00	70 778,10	39 970,13	55 178,77		95 148,90	55 178,77	96 790,80
CGD	500960046	03/02/2021	01/05/2021	159 777,00	159 777,00	1 036,47	2 434,31	1 149,00	68 154,78	38 488,62	53 133,60		91 622,22	53 133,60	93 203,28
CGD	500960046	20/05/2021	20/08/2021	248 460,00	248 460,00	1 329,40	2 220,11	1 115,00	121 305,98	80 911,65	46 242,37		127 154,02	46 242,37	150 850,62
CGD	500960046	31/08/2021	20/11/2021	216 926,74	216 926,74	1 886,85	2 748,04	1 293,00	87 901,87	70 482,04	58 542,83		129 024,87	58 542,83	112 078,98
CGD	500960046	03/09/2021	01/12/2021	134 687,66	134 687,66	1 101,23	1 767,12	803,00	54 591,49	43 741,36	36 354,81		80 096,17	36 354,81	69 588,63
CGD	500960046	31/03/2021	10/04/2022	51 610,63	51 610,63	336,78	1 128,83	490,00	12 511,92	16 541,03	22 557,68		39 098,71	22 557,68	25 805,35
BCP - MILLENNIUM	501525882	07/11/2021	07/02/2022	152 961,62	152 961,62	873,40	2 577,61	1 166,00	49 643,28	49 325,64	53 992,70		103 318,34	53 992,70	66 920,25
BCP - MILLENNIUM	501525882	25/02/2022	15/01/2023	112 893,34	112 893,34	0,00	2 435,01	1 843,00	0,00	35 982,19	76 911,15		112 893,34	76 911,15	77 614,00
TOTAL				1 444 840,99	1 444 840,99	8 948,19	20 910,48	10 502,00	550 881,02	424 005,30	469 954,67		893 959,97	469 954,67	810 450,10



Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

"Atualmente, no que concerne aos financiamentos obtidos estão mensuradas pelo seu valor nominal considerando que o efeito do valor temporal do dinheiro não é materialmente relevante. O Município tem conseguido financiamentos em maturidades semelhantes ou superiores com taxa de juro inferior a 1% e mesmo zero no caso dos empréstimos BEI e subvenções reembolsáveis."

Considerando a imaterialidade da adoção do critério do custo amortizado relativamente aos empréstimos bancários obtidos, não se procedeu a qualquer alteração.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Informação no ANEXO I - Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários.

Nota 8 - Propriedades de investimento

O modelo utilizado para reconhecimento das propriedades de investimento é o modelo de custo, isto é, no custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Ver também a Nota 2

a. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumulada

Durante o período de relato, a quantia escriturada relativa a propriedades de investimento, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Q8.1 – Propriedades de investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais								
Edifícios e Outras Construções								
Outras Propriedades de Investimento	183 738,99	77 211,17	0,00	106 527,82	244 486,69	81 346,83	0,00	163 139,86
Propriedades de Investimento em Curso								
TOTAL	183 738,99	77 211,17	0,00	106 527,82	244 486,69	81 346,83	0,00	163 139,86



b. Quantia escriturada e variações do período

As propriedades de investimento sofreram, durante o período do relato, as seguintes variações:

Q8.2 – Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período (modelo do custo)

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações							Quantia Escriturada Final (10)=(2)+(3)+(4)+ +(5)+(6)+(7)+(8)+ (9)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diminuições (9)	
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais									
Edifícios e Outras Construções	106 527,82	60 747,70					-4 135,66		163 139,86
Outras PI									
PI em Curso									
TOTAL	106 527,82	60 747,70					-4 135,66		163 139,86

i. Propriedades de investimentos | Adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em propriedades de investimento:

Q8.3 – Propriedades de investimento - Adições (modelo do custo)

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropr.	Doação	Dação em Pagamen to	Locação Fin.	Fusão	Outras	Total
Bens de Domínio Público											
Terrenos e Recursos Naturais										60 747,70	60 747,70
Edifícios e Outras Construções											
Outras PI											
PI em Curso											
TOTAL										60 747,70	60 747,70

Nota 9 – Imparidades de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Q9 – Imparidades de ativos

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Participações financeiras		5 705 839,64	875 317,63	4 830 522,01
Clientes, contribuintes e utentes		604 370,58	415 031,38	189 339,20
Outras contas a receber		6 871 131,89	382 650,14	6 488 481,75
Total	0,00	13 181 342,11	1 672 999,15	11 508 342,96

No período as imparidades para *participações financeiras* não registaram qualquer alteração.

Relativamente aos *clientes, contribuintes e utentes* foram constituídas no período perdas por imparidade no montante de 37.744,32€.

Por sua vez, os *outros devedores* registaram no período um acréscimo das perdas por imparidade no montante de 19.207,93€.

Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O sistema de inventário adotado pelo Município é o permanente, estando mensurado ao custo médio ponderado.

b. Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Q10.1 – Inventários

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	25 970,51		25 970,51
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	25 970,51		25 970,51

c. Inventários - movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Q10.2 – Inventários - movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias		50 989,87	50 989,87						0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	38 271,70	1 211 200,26	1 223 501,45						25 970,51
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	38 271,70	1 262 190,13	1 274 491,32						25 970,51



Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota reporta-se ao tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Q13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas					
Mercados e Feiras	101 693,46				
Loteamentos e obras	826 927,32				
Ocupação da via pública	145 739,27				
Licença sobre o ruído	5 265,61				
Outras	562 009,16				
Vendas					
Outras	65 956,59				
Prestação de serviços					
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	577,50				
Cemitérios	12 047,49				
Mercados e Feiras					
Serviços Sociais	224 279,40				
Outros	2 622 572,54				
Outros subcontratos ou concessões	1 657 795,60				
Juros					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	23 698,41				
Outros					
Outros	658 371,37				
TOTAL	6 906 933,72				

Considerando que o município se encontra a desenvolver trabalhos de avaliação de dívidas registadas de períodos anteriores, muitas delas prescritas, optou-se pela não inclusão na coluna quantias a receber.



Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Q14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	737 321,33				
Imposto municipal sobre imóveis	4 497 383,07				
Imposto único de circulação	1 547 403,69				
Impostos indiretos					
Ocupação da via pública	472,60				
Taxa municipal de direitos de passagem	18 090,99				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 785 288,23				
Outros	303,42				
Multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades	125 908,90				
Transferências sem condições					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	16 099 326,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	985 011,00				
Participação IRS	1 671 779,00				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	4 950 990,00				
Participação do IVA	230 049,54				
Outras	38 482,36				
Serviços e Fundos Autónomos	160 567,96				
Administração Local	15 099,08				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 154 441,48				
Subsídios com condição	137 915,66				
Outros	878 765,64				
TOTAL	38 034 599,95				

Considerando que o município se encontra a desenvolver trabalhos de avaliação de dívidas registadas de períodos anteriores, muitas delas prescritas, optou-se pela não inclusão na coluna quantias a receber.

No âmbito das transações sem contraprestação, o município adota as políticas e métodos contabilísticos previstos na NCP 14. Para o efeito, consideram-se transações sem contraprestação:

- i. transações em que a entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição, ou dá apenas uma retribuição simbólica;
- ii. transações em que a entidade pode proporcionar uma retribuição, diretamente como contrapartida dos serviços recebidos, mas essa retribuição não se aproxima do justo valor dos recursos recebidos.

As transações sem contraprestação podem estar sujeitas a especificações relativas a um ativo transferido, podendo estas

ser condições ou restrições. As especificações são obrigatórias por força de processos legais ou administrativos. Se uma cláusula estabelecida por lei ou regulamento, ou outro acordo vinculativo, não for suscetível de ser obrigatória, não é uma especificação. As obrigações construtivas não têm origem em especificações e são enquadradas na NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As condições sobre ativos transferidos, exigem que a entidade consuma os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do ativo conforme especificado, ou restitua os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço ao cedente, no caso de as condições serem violadas. As restituições sobre ativos transferidos não incluem um requisito de que o ativo transferido, ou outros benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, deva ser devolvido ao cedente caso o ativo não seja utilizado conforme especificado.

Registe-se que relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis e à Derrama, são impostos municipais cuja liquidação e cobrança em N é diferida face ao facto gerador N-1, se procedeu à sua especialização, no que respeita às transferências de participação no IRS e IVA, embora sejam apurados com base em receitas destes impostos de exercícios anteriores tem facto gerador para o Município no ano em que é liquidado e pago pelo Estado, pelo que os montantes foram contabilizados nesta conformidade.

Ver também a Nota 2

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente a Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a quantia escriturada no início, no final, os aumentos e diminuições do período, são as que constam do quadro seguinte:

Q15 – Provisões

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	756 858,18	383 256,51			383 256,51		565 000,01		565 000,01	575 114,68
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	756 858,18	383 256,51			383 256,51		565 000,01		565 000,01	575 114,68

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 575.114,68€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

A economia portuguesa estagnou nos trimestres recentes e as perspetivas a curto prazo são incertas, predominando os riscos em baixa.

A fraqueza da atividade reflete o impacto da subida da taxa de inflação, das taxas de juro e o abrandamento da procura externa, a par da dissipação do impulso associado à retoma pós-pandémica do turismo e à recuperação do choque sobre os termos de troca.

As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas, no entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave.

Após o termo do exercício não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Em 2024, com os níveis elevados das taxas de inflação e taxas de juro que ainda se verificam, se necessário serão implementadas as medidas de ajustamento necessárias em função do evoluir da situação.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

É política do Município reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ver também Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

b. Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros a 31.12.2023 têm a seguinte composição:

Q18.2 – Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Descrição	Quantia escriturada
Ativos financeiros	
Devedores por transferências e subsídios	
Devedores por empréstimos bonificados	
Clientes, contribuintes e utentes	189 339,20
Outras contas a receber	6 488 481,75
Ativos financeiros detidos para negociação	
Outros ativos financeiros	
Caixa e depósitos	5 802 561,13
Passivos financeiros	
Credores por transferências e subsídios concedidos	
Fornecedores	317 932,20
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	83 470,40
Financiamentos obtidos	21 037 000,46
Fornecedores de investimentos	500 152,31
Outras contas a pagar	4 776 034,23



c. Quantia escriturada do património líquido

No período o património líquido verificou as seguintes alterações:

Q18.3 – Quantia escriturada do património líquido

Descrição	Quantia inicial (1)	Adições (2)	Diminuições (3)	Quantia final (4)=(1)+(2)-(3)
Património/Capital	89 218 446,67	3 331,76		89 221 778,43
Outros instrumentos de capital próprio	0,00			0,00
Prémios de emissão	0,00			0,00
Reservas	2 751 609,00			2 751 609,00
Resultados transitados	-127 298,97	1 357 225,02	750 281,59	479 644,46
Ajustamentos em ativos financeiros	710 116,68		68 744,24	641 372,44
Excedentes de revalorização	0,00			0,00
Outras variações no património líquido	31 893 191,73	17 530 338,66	4 154 441,48	45 269 088,91

Os movimentos do período respeitam a:

Património/Capital

No período, a conta de *Património/Capital* foi incrementada em 3.331,76 euros respeitantes a registo de doação de 666 ações da entidade Sonorgás.

Reservas

Sem movimento no período.

Resultados Transitados

A conta de *Resultados Transitados* foi movimentada pela transferência e aplicação do resultado líquido do exercício de 2022 e incrementada ainda pelo montante de 168.967,88 euros e diminuída em 750.281,59 referentes a regularização relativa a demolição do edifício do Cine-Teatro e construção de novo edifício.

Ajustamentos em ativos financeiros

Contabilizou-se a débito o montante de 68.744,24€, correspondente ao registo do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) do Instituto Empresarial do Tâmega (IET).

Outras variações no património líquido

Nesta componente estão registados os movimentos relacionados com transferências/subsídios recebidos, conforme descrito na Nota 2.

Registo de património no âmbito das transferências de competências da administração central.



d. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

No quadro seguinte apresentam-se os investimentos financeiros e relação das entidades societárias e não societárias.

Q18.3 – Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
			Compras	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas por imparidades	Outras	
CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, SA	2,10%	106 695,16							106 695,16
Agência de Desenvolvimento Regional do Entre Douro e Tâmega,		12 070,87							12 070,87
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	3,06%	244 470,00							244 470,00
Promoção e Gestão de Parques Empresariais do Entre Douro e Tâmega SA	5,00%	100 000,00							100 000,00
Instituto Empresarial do Tâmega (IET)	49,21%	1 154 737,29						119 731,81	1 035 005,48
DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL	0,70%	1 250,00							1 250,00
Escola Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA		0,00							0,00
Águas do Norte, S.A.	0,61%	1 771 530,00							1 771 530,00
Águas do Douro e Paiva, SA	2,99%	624 000,00							624 000,00
Fundo de Apoio Municipal		935 500,50							935 500,50
AMDT-Associação de Municípios do Douro e Tâmega	20,00%								0,00
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%								0,00
Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa)	9,09%								0,00
Turismo do Porto e Norte	n.a								0,00
TRIAVE - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave - Tâmega e Sousa									0,00
RUTIS - Associação Rede de Universidades de 3ª Idade									0,00
ATP - Associação de Turismo do Porto									0,00
Associação Adapt.Local									0,00
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Galicia									0,00
TOTAL									4 830 522,01



Nota 19 – Benefícios dos empregados

Estabelece a NCP 19 que as responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada:

- i. como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.
- ii. como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;
- iii. como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro;

Ver também Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | k. Benefícios dos empregados.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo respeitantes a remuneração de férias e remuneração de subsídio de férias, em *Credores por acréscimos de gastos | Remunerações a liquidar*, no montante de 2.114.131,00€

Nota 23 – Outras divulgações

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Amarante ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



ANEXO I

Q7.1 - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS.



Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Município de Amarante

Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)		
						N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)		Em 01.01	Em 31.12		Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N					
Curto Prazo																							
Total CP																							
Médio e Longo Prazo																							
Não isentos																							
	87001023891	Caixa Geral de Depósitos	1998.05.11	25	24	15333	1998.04.30	32 Habitações sociais	560 568,99	560 568,99	510 650,64	24 815,57	25 102,78		485,63			49 918,35	25 102,78		24 920,33		
	9015007092591	Caixa Geral de Depósitos	2011.05.26	12	11	550	2011.07.14	Vários Investimentos	1 055 910,00	1 055 910,00	958 941,64	96 968,36	0,00	40 491,85	2 033,44	9 843,91		96 968,36	0,00		0,00		
	9015007794691	Caixa Geral de Depósitos	2013.07.11	12	9	1149	2013.09.04	Zona Desportiva de Vila Meã - Estádio Municipal - Execução do Relvado Sintético incluindo Balneários	500 000,00	500 000,00	351 651,06	51 670,21	96 678,73	27 496,79	6 160,51	7 684,24		148 348,94	96 678,73		48 895,08		
	9015008163391	Caixa Geral de Depósitos	2015.05.13	12	7	1151	2015.09.10	Vários Investimentos	4 530 618,00	4 530 618,00	2 265 309,00	453 061,80	1 812 247,20	191 459,12	74 208,79	71 231,66		2 265 309,00	1 812 247,20		377 551,50		
	9015008471391	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	1989	2016.12.20	Pavimentação do ex CM 1208 (atual EM 750) - Fridão	362 383,00	362 383,00	131 660,27	33 486,59	197 236,14	12 853,49	7 891,41	5 805,04		230 722,73	197 236,14		30 198,58		
	9015008472191	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	1991	2016.12.20	Repavimentação da EM 577 desde Bustelo à EN 15 - Bustelo	371 146,00	371 146,00	134 844,11	34 296,35	202 005,54	13 396,01	8 082,22	5 945,41		236 301,89	202 005,54		30 928,83		
	9015008474891	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2090	2016.11.16	Aquisição de Terrenos	344 000,00	344 000,00	133 390,55	31 785,10	178 824,35	13 432,60	7 688,12	4 597,93		210 609,45	178 824,35		28 666,67		
	9015008475691	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2010	2016.12.20	Arranjo Jardim Baden-Powell	141 500,00	141 500,00	51 409,53	13 075,54	77 014,93	5 855,81	3 081,36	2 266,71		90 090,47	77 014,93		11 791,67		
	9015008477291	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2008	2016.10.20	Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais	400 000,00	400 000,00	155 211,87	37 182,82	207 605,31	16 167,05	8 346,06	5 940,03		244 788,13	207 605,31		33 333,33		
	9015008478091	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2012	2016.11.16	Repavimentação da EM575 desde o entroncamento da EM769 até à Ponte s/o Rio Marão (Ansiães)	96 376,00	96 376,00	37 371,09	8 904,99	50 099,92	3 955,55	2 153,93	1 288,16		59 004,91	50 099,92		8 031,33		
	9015008480291	Caixa Geral de Depósitos	2016.07.28	12	6	2087	2016.11.16	Requalificação da EN que liga Lamas a Belesse - Gouveia (S. Simão)	111 811,00	111 811,00	43 356,25	10 331,17	58 123,58	4 589,04	2 498,88	1 494,48		68 454,75	58 123,58		9 317,58		
	87010390291	Caixa Geral de Depósitos	2022.04.01	20	0	1319	2022.09.30	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã	1 500 000,00	227 633,00	0,00	0,00	1 500 000,00	0,00		89 408,91		0,00	227 633,00		11 381,65		
	1270016830008	Banco BPI	2016.08.08	12	6	2018	2016.11.16	Pavimentação da Estrada Municipal 567, entre a Estrada Nacional 312 e o Largo de Pídre	339 963,00	339 963,00	135 985,12	33 996,28	169 981,60	12 960,38	7 239,64	2 715,23		203 977,88	169 981,60		28 330,25		
	1270016830009	Banco BPI	2016.08.08	12	5	2020	2017.01.05	Parque Linear Arq Sidónio Pardal	70 503,00	70 503,00	26 438,50	7 050,32	37 014,18	2 862,26	1 399,86	794,09		44 064,50	37 014,18		5 875,25		
	1270016830010	Banco BPI	2019.05.31	20	3	2198/2019	2019.10.15	Aquisição de terrenos e/ou outros imóveis	1 128 210,00	1 096 260,00	0,00	22 602,30	1 105 607,70	18 838,97	43 493,02	29 851,91		1 096 260,00	1 073 657,70		54 813,00		
	1270016830011	Banco BPI	2019.05.31	20	3	2219/2019	2019.10.15	Intervenções estruturais de desobstrução e reabilitação fluvial e contenção de cheias	797 953,29	797 953,29	0,00	16 452,89	781 500,40	5905,86	28 411,69	23 463,25		571 060,39	781 500,40		39 897,66		
	1270016830012	Banco BPI	2019.05.31	20	3	2199/2019	2019.10.15	Construção do Pavilhão Amadeo de Sousa-Cardoso	987 920,00	987 920,00	68 288,74	54 631,56	864 999,70	11 549,43	35 488,36	28 736,32		919 631,26	864 999,70		49 396,00		
	1270016830013	Banco BPI	2018.08.27	20	2	2170/2019	2020.09.04	Aquisição do Património Imóvel das "Minas de Veiros"	79 810,00	79 810,00	1 108,63	4 433,88	74 267,49	1356,32	3 211,64	4 587,29		78 701,37	74 267,49		3 990,50		
	1270016830014	Banco BPI	2020.01.30	20	2	711/2020	2020.09.01	Vários Investimentos	4 396 950,00	3 968 430,93	0,00	19 645,23	4 377 304,77	28 618,88	145 390,22	85 317,75		3 800 527,91	3 948 785,70		198 421,55		
	1270016830015	Banco BPI	2020.11.05	20	1	3530/2020	2021.02.12	Vários Investimentos	4 600 000,00	3 568 188,46	0,00	17 238,74	4 582 761,26	37 124,78	143 978,22	96 021,78		3 432 683,80	3 550 949,72		178 409,42		
	56066475473-1327																						
	56066476267-2004	Crédito Agrícola	2017.05.25	20	4	3590/2017	2018.11.29	Aquisição de bem imóvel - Área 1	1 135 945,80	1 135 945,80	111 591,49	46 185,69	978 168,62	65 801,87	41 707,80	154 731,47		1 024 354,31	978 168,62		56 797,29		
	56066475151-1327																						
	56066475548-2204	Crédito Agrícola	2017.05.25	20	4	3591/2017	2018.11.29	Aquisição de bem imóvel - Área 2	1 022 722,80	1 022 722,80	100 468,95	41 582,20	880 671,65	59 243,21	37 550,66	139 308,94		922 253,85	880 671,65		51 136,14		
	56067658304																						
	56067658154	Crédito Agrícola	2017.05.25	20	3	2614/2017	2019.01.31	Aquisição de bem imóvel - Área 3	165 996,35	165 996,35	10 138,47	6 762,75	149 095,13	8 092,65	5 925,52	22 780,25		155 857,88	149 095,13		8 299,82		
	0003.13024384096	Banco Santander Totta	2019.04.05	20	3	1505/2019	2019.07.12	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BEI	803 250,41	798 936,32	0,00	32 776,80	770 473,61	1 579,25	26 292,72	25 451,12		798 936,32	766 159,52		39 946,82		
	0003.13024376096	Banco Santander Totta	2019.04.05	20	3	1505/2019	2019.07.12	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BST	923 835,56	918 873,86	0,00	37 697,36	886 138,20	8 946,59	32 966,03	31 713,77		918 873,86	881 176,50		45 943,69		
	0003.12593553096	Banco Santander Totta	2019.01.17	20	3	669/2019	2019.05.23	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BST	1 439 676,16	883 212,62	0,00	45 292,90	1 394 383,26	12 234,62	32 220,65	114 142,78		883 212,62	837 919,72		44 160,63		
	0003.12593611096	Banco Santander Totta	2019.01.17	20	3	669/2019	2019.05.23	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BEI	437 202,80	268 215,20	0,00	13 754,60	423 448,20	1050,62	9 196,34	32 621,78		268 215,20	254 460,60		13 410,76		
SubTotal									28 304 252,16	24 804 877,62	5 227 815,91	1 195 682,00	21 880 754,25	605 863,00	717 102,72	997 744,21	0,00	18 819 128,13	18 381 379,71		73 815,41	1 360 029,93	



Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Município de Amarante
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)	
						N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos		Em 01.01	Em 31.12		Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)
	Até N	Ano N									Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N						
Médio e Longo Prazo Isentos																						
	0003.12593595096	Banco Santander Totta	2019.01.17	20	3	669/2019	2019.05.23	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/FEI/CPN	814 557,28	499 714,65	0,00	25 626,30	788 930,98	0,00	0,00	0,00	499 714,65	474 088,35		24 985,73	artigo nº.52º, nº.5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09	
	ID 230	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.04.30	15	3	1697/2019	2019.08.06	Reabilitação do Bairro Cancela de Abreu - Eficiência Energética	787 246,79	262 415,60	20 185,82	17 368,05	749 692,92	0,00	6 353,88	0,00	242 229,78	224 861,73		17 494,37	artigo nº.52º, nº.5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09	
	ID 232	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.04.30	15	3	1695/2019	2019.08.06	Reabilitação da Casa da Cadeia	46 733,86	46 733,86	3 594,92	3 174,68	39 964,26	0,00	940,89	0,00	43 138,94	39 964,26		3 115,59	artigo nº.52º, nº.5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09	
	ID 233	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.04.30	15	3	1699/2019	2019.08.06	Escola Básica de Figueiró	469 438,31	312 958,88	24 073,76	195 829,79	249 534,76	0,00	8 470,31	0,00	288 885,12	93 055,33		20 863,93	artigo nº.52º, nº.5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09	
	ID 238	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.04.30	15	3	1698/2019	2019.08.06	Escola Básica de Mancelos	511 549,16	341 032,78	26 233,30	22 571,35	462 744,51	0,00	8 257,44	0,00	314 799,48	292 228,13		22 735,52	artigo nº.52º, nº.5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09	
	ID 4608	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2020.02.13	15	2	922/2020	2020.10.22	Reabilitação do Solar de Magalhães	1 142 748,15	380 916,05	0,00	23 986,10	1 118 762,05	253,31	12 165,56	3 681,34	380 916,05	356 929,95		25 394,40	artigo nº.52º, nº.5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09	
	ID 4530	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2020.02.13	15	2	925/2020	2020.11.18	Mobilidade Urbana Sustentável - Amarante	1 496 218,21	498 739,40	0,00	31 405,38	1 464 812,83	331,66	15 928,55	4 820,04	498 739,40	467 334,02		33 249,29	artigo nº.52º, nº.5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09	
	ID 34	ADC - Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2019.07.03	15	1	3619/2019	2021.01.21	Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados em Amarante	734 333,54	244 777,85	0,00	7 573,54	726 760,00	0,00	5 050,23	13 351,81	244 777,85	237 204,31		16 318,52	artigo nº.52º, nº.5, alínea a) da Lei nº.73/2013, de 3/09	
	SubTotal								6 002 825,30	2 587 289,07	74 087,80	327 535,19	5 601 202,31	584,97	57 166,86	21 853,19	2 513 201,27	2 185 666,08	0,00	164 157,36		
	Total MLP								34 307 077,46	27 392 166,69	5 301 903,71	1 523 217,19	27 481 956,56	606 447,97	774 269,58	1 019 597,40	0,00	21 332 329,40	20 567 045,79	73 815,41	1 524 187,29	
	Total Geral								34 307 077,46	27 392 166,69	5 301 903,71	1 523 217,19	27 481 956,56	606 447,97	774 269,58	1 019 597,40	0,00	21 332 329,40	20 567 045,79	73 815,41	1 524 187,29	

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais apresentadas no presente relatório referem-se ao exercício de 2023, de 01.01.2023 a 31.12.2023, cuja preparação foi realizada em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na sua versão atualizada, e aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1. Demonstração do Desempenho Orçamental
2. Demonstração de Execução Orçamental da Receita
3. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
4. Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e GOP's
 - 4.1. Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos
 - 4.2. Demonstração de Execução das GOP's
 - 4.3. Demonstração de Execução do Plano de Atividades Municipal
5. Anexo às demonstrações orçamentais
 - 1.3 Alterações orçamentais da Receita
 - 1.4 Alterações orçamentais da Despesa
 - 1.5 Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos e GOP's
 - 1.5.1 Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos
 - 1.5.2 Alterações às GOP's
 - 1.5.3 Alterações ao Plano de Atividades Municipal
 - 1.6 Operações de Tesouraria
 - 1.7 Contratação Administrativa
 - 1.7.1 Contratação Administrativa – situação dos contratos
 - 1.7.2 Contratação Administrativa – adjudicação por tipo de procedimento
 - 1.8 Transferências e Subsídios Concedidos
 - 1.8.1 Transferências e Subsídios Concedidos
 - 1.8.2 Transferências e Subsídios Recebidos